



SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE SETEMBRO DE 2024

ATA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas quinze horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 - Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 06 de junho de 2024;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.).

2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Discussão e votação do Contrato de Delegação de Competências na Área da Educação, a celebrar entre o Município de Nelas e o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim;

2.3 - Discussão e votação do Contrato de Delegação de Competências na Área da Educação, a celebrar entre o Município de Nelas e o Agrupamento de Escolas de Nelas;

2.4 - Discussão e votação da Carta Social Municipal, Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social;

2.5 - Discussão e votação da 4.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2024;

2.6 - Discussão e votação do Relatório sobre o estado do Ordenamento do Território;

2.7 - Proposta de apoio ao investimento e criação de emprego do Município de Nelas na fileira do setor agrícola e florestal – Conhecimento

A Senhora Segunda Secretária, Carlinda Duarte Jesus Oliveira Loureiro, em substituição do Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz, em virtude do mesmo se encontrar doente:

- Boa tarde a todos.

Cumprimento, desde já, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o Estimado Público aqui presente.

Como vêm, estou sozinha aqui na Mesa e, portanto, segundo o Artigo 3.º, do Regimento, temos que constituir nova Mesa. Diz a Lei que, na ausência da maioria, portanto, proceder-se-á, por voto secreto.

Não sei se alguém tem alguma coisa contra eu designar duas pessoas para fazer aqui parte da Mesa. Ninguém tem nada contra?

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Senhora Presidente, eu entendo que devia haver um voto secreto. Pôr o nome sujeito a escrutínio. Havia de haver uma lista para a eleição da Mesa.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Por voto secreto? Pronto. Faz-se, então, por voto secreto.

O Senhor Deputado António Borges Santos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Quando falta apenas um, faz-se a substituição e tudo bem. Agora, a Mesa não está constituída. É preciso constituir a Mesa. Não há quórum. Não há quórum na Mesa. Portanto, terá de ser a votação. Podemos passar à frente e ser como está.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- É o que diz a Lei. Tudo bem. Estamos aqui para isso. Eu proponho os Senhores Deputados João Alfredo Lopes Ferreira e Maria Antónia Ferreira Casquilha Figueiredo.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Então, a proposta é: Senhores Deputados: Carlinda Duarte, para Presidente da Mesa; João Alfredo Ferreira para Primeiro Secretário e Maria Antónia Figueiredo para Segunda Secretária. É assim?

Procedeu-se à votação para constituição na Mesa para esta sessão ordinária.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Então, procedendo à votação, temos 19 votos a favor da Mesa proposta. Um não e dois nulos. Portanto, está aprovada a Mesa. Podem, então, ocupar os lugares, por favor.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Seis faltas.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Portanto, faltam os Senhores Deputados: José Albuquerque Vaz; Rui Manuel Simões Costa; Maria José Serol Brito Correia; Isabel Cristina Santos Gonçalves; Ana Carla Figueiredo Luzio e António Luís Roque da Silva.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Portanto, somos 28. Estão 22 e 6 faltas.

A Senhora Presidente da Assembleia:

-Somos 28, menos 6. Estamos 22.

Sendo assim já se considera feita a chamada. As faltas apresentadas pelo Senhor Dr. Vaz e pela Dr.^a Maria José Serol, estão então justificadas. Em face da falta da Dr.^a Maria José Serol foi pedida por substituição pelo Esaú Fonte que, também por motivos profissionais, não lhe foi possível estar presente. Não consta aqui a justificação das faltas restantes.

Eu peço desculpa porque isto foi-me dito ontem às oito horas e tal da noite.

Ora, então, constituída a Mesa e justificadas as faltas, entramos no Período de Antes da Ordem do Dia. Quem é que se quer inscrever para o Período de Antes da Ordem do Dia?

O Senhor Primeiro Secretário João Alfredo Ferreira:

- Eu queria para fazer uma proposta.

A Senhora Presidente da Assembleia:

-Certamente

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Joaquim Amaral. Mas eu, é por causa de uma questão que foi submetida para a Assembleia Municipal e tem que ser no Período de Antes da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Ainda falta, no Período de Antes da Ordem do Dia, a aprovação da ata e a Leitura do Expediente.

A Senhora Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- A ata. Já se altera.

O Senhor Presidente da Câmara.

- Queria fazer a alteração que foi feita à reunião de Câmara. O documento foi enviado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Já se altera.

O Senhor Presidente da Câmara.

- Para ser aceite, para ser dado conhecimento e fazer parte, aí temos que aprovar a sua inclusão pela Assembleia Municipal. E a informação é para dar conhecimento, mas tem que ser votado. Isso. Por isso é que eu estava a dizer. O que diz o Regimento é que, antes de iniciarmos a sessão, tenho que apresentar um documento para a Assembleia autorizar que ele seja incluído. Era nesse sentido.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Ora, então, relativamente à ata da sessão anterior, que já devem ter tido conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara.

- Eu tenho que fazer a apresentação e depois tem que ir a votação. Tem que haver maioria qualificada para ser submetido. Posso, Senhora Presidente?

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Faça favor:

O Senhor Presidente da Câmara.

- Muito boa tarde a todas e a todos.

Bem-vindos a mais uma Assembleia Municipal.

Cumprimento a Senhora Vice-Presidente.

Os Senhores Vereadores.

A Senhora Presidente da Assembleia em Exercício.

Os restantes Membros da Mesa, também em exercício.

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Distinto Público.

Colaboradores do Município.

De acordo com o que diz o Regimento, quando o Município, ou o Executivo pode propor a inclusão na Ordem de Trabalhos de documentos, ou de propostas, ou de assuntos que julgue relevantes e com a sua urgência, carece, naturalmente, do que está tipificado, de autorização doutra das Senhoras e dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal e neste caso, de maioria qualificada.

Portanto, o documento, não é um documento, foi-vos chegado à mão. O documento tem a ver com uma proposta. E, só depois, eu apresento o documento e se for aceite, depois, quando falarmos sobre ele, se assim o entenderem, para não sermos redundantes, falaríamos mais, aprofundadamente, sobre ele.

O objetivo é, eventualmente, pedir à Assembleia que considere ser incluído para, além da informação, haver também contributos e falarem sobre o assunto. Posto isto, então, solicito a vossa compreensão e solicitar que as Senhoras e os Senhores Deputados o possam considerar na votação como a incluir na Ordem de Trabalhos.

Obrigado.

Tem que pôr à votação, Senhora Presidente da Assembleia.

A Senhora Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Então: Quem vota contra ser introduzido na Ordem de Trabalhos, este ponto? Quem se abstém? Então, aprovado, por unanimidade. Então, será incluído no ponto 2.7. Então será incluído, só para resumir, no ponto 2.7, este perdido do Senhor Presidente da Câmara.

Passando, então, à discussão e votação da ata, de que já deverão ter conhecimento. Não sabe se alguém tem alguma coisa a referir sobre a ata da sessão anterior? Não? Há alguém que se oponha, portanto, que vote contra? Não. Que se abstenha? Quatro abstenções, dos Senhores Deputados: Maria da Conceição Sacramento Monteiro, António Rui Nogueira, Alexandra Monteiro e Eugénia Brás Figueiredo. São quatro abstenções, por não terem estado presentes, portanto, suponho. Está aprovada a ata.

Passamos, então, sobre a Leitura do Expediente:

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 04 de junho de 2024, da Senhora Membro da Assembleia, Isabel Cristina Gonçalves informando que, por motivos profissionais, não poderá estar presente na sessão de 06 junho de 2024;

- E-mail, datado de 04 de junho de 2024, do Senhor Membro da Assembleia, António Rui Nogueira informando que, por motivos pessoais (consulta médica), não poderá estar presente na sessão de 06 junho de 2024;

- E-mail, datado de 06 de junho de 2024, do Senhor Vereador Ricardo Borges informando que, por motivos profissionais, não poderá estar presente na sessão de 06 junho de 2024;

- E-mail, datado de 30 de maio de 2024, da Senhora Membro da Assembleia Conceição Sacramento Monteiro informando que não poderá estar presente na sessão de 06 de junho de 2024;

- Ofício n.º SAI/AM/2024/92, datado de 08/07/2024, da Assembleia Municipal de Viseu - Envio de Moção: ULS Viseu Dão Lafões;

- E-mail, datado de 13 de setembro de 2024, da Senhora Membro da Assembleia Maria José Serol de Brito Correia, informando que, por obrigações, previamente, assumidas, não poderá estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Nelas, marcada para as 15:00 horas do dia 27 de setembro de 2024, pelo que solicita a sua substituição;

- E-mail, datado de 16 de setembro de 2024, do Senhor Ernesto Esaú Dinis Marques da Fonte informando que, por motivos profissionais, não poderá estar presente na sessão de 27 de setembro de 2024;

- E-mail, datado de 19 de setembro de 2024, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Funchal manifestando a sua solidariedade pela catástrofe que afetou o nosso Município;

- Ofício n.º 9269, datado de 20 de setembro de 2024, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 27 de setembro de 2024.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Ofício n.º 07/2024, datado de 07 de junho de 2024, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 06 de junho de 2024;

- Ofício n.º 08/2024, datado de 12 de setembro de 2024, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária do dia 27 de setembro de 2024, pelas 15:00 horas;

- E-mail, datado de 16 de setembro de 2024, enviado ao Senhor Ernesto Esaú Marques da Fonte, convocando-o para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Nelas, marcada para as 15:00 horas do dia 27 de setembro de 2024, em virtude da Senhora Membro da Assembleia Maria José Serol de Brito Correia, ter informado que, por obrigações, previamente, assumidas, não poderá estar presente nessa sessão ordinária e ter pedido a sua substituição.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Foi recebida uma Informação da CPCJ, da qual não me foi dado conhecimento. Só tive conhecimento hoje. Dizendo o seguinte:

“Cumpre-me comunicar a V Ex.^a que na última reunião de Comissão Alargada se elegeu o novo Presidente e nova Secretária da CPCJ de Nelas.

Informo assim que, em reunião da Comissão Alargada, realizada no passado dia 03 de setembro, foi eleito Presidente da mesma, o representante das IPSS, Marcelo Monteiro Costa, que designou como Secretária a representante da Educação, Margaret Braguês.

- Os restantes membros que constituem a Comissão restrita desta CPCJ, são os seguintes:

- Representante do Ministério da Saúde - Patrícia Forte;
- Representante do Município - Rosário David;
- Representante da Segurança Social - Manuela Correia;
- Representante das Forças de Segurança (GNR) - Fernando Antunes;
- Cidadã Eleitora - Isabel Cristina Garcia.”

Portanto, esta foi uma informação recebida.

Uma, também, da Assembleia Municipal do Funchal:

“Encarrega-me o Senhor Presidente desta Assembleia Municipal, Dr. José Luís Nunes, de vos transmitir que a Presidência da Assembleia Municipal do Funchal manifesta a sua solidariedade para com o vosso Município afetado pela catástrofe de que são vítimas neste momento difícil, desejando rápido controle da situação e evolução com o mínimo de sequelas físicas, psicológicas, económicas e sociais que daí possam advir.”

Então, relativamente, aos assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, temos duas inscrições. Uma delas, do Senhor Deputado João Alfredo Ferreira, que passa a ler, então, a sua proposta.

Temos também, para a sua intervenção, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Deputado João Alfredo Ferreira. Os Senhores Deputados Vera Faria, André Borges, João Paulo Almeida, Tiago Fonseca e Pedro Pinto. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhora Presidente.

Só para fazer o enquadramento de uma questão que se impõe, fazer também, com a questão que assolou o nosso Concelho, grande parte dos Concelhos da nossa Região e dos nossos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Concelhos vizinhos também e, infelizmente, também um pouco por todo o País, em particular, no Norte e Centro do País, dos fogos que nos assolaram na passada semana. Portanto, é uma informação que eu julgo que é importante ser prestada.

E dizer-vos que, desde que o fogo deflagrou no dia 23 de setembro, dizer-vos que, no dia 20, nós emitimos o que era o Plano Municipal de Emergência, que foi ativado e desde que ocorreu o incêndio, que teve, em termo de incêndio que ocorreu no Concelho, com início às 09:53 horas na Urgeiriça. Com uma área ardida, estimada de 80 metros quadrados.

Um, às 11:34 horas, que é o incêndio de Senhorim, com ponto de início na Estrada Carvalhas – Outeiro, com uma área estimada, ardida, de 595,69 hectares.

E um outro, às 12:01 horas, que é o incêndio do Folhadal, com início na Estrada Nacional n.º 231, Folhadal, Caldas da Felgueira, Vale de Madeiros e Lapa do Lobo, que atingiu, depois a Lapa do Lobo, numa área ardida, estimada de 1.939,75 hectares. Foi o que teve a extensão maior.

Portanto, um total estimado em área ardida de 2.535,34 hectares. Portanto, uma área bastante significativa em quatro Freguesias do nosso Concelho: Senhorim; Nelas; Canas de Senhorim e Lapa do Lobo.

Estiveram envolvidos 311 Operacionais, com 89 viaturas e 12 meios aéreos, não consecutivos, mas do que decorreu do Teatro de Operações, a contabilização até pode ser do mesmo meio num outro a operacionalizar num outro foco de incêndio porque, nós, no nosso Concelho, tínhamos três incêndios a decorrer.

Dizer-vos, ainda, que as Corporações presentes, que é importante também termos essa ideia, foram: Alter do Chão; Arganil; Avis; Cabanas de Viriato; Canas de Senhorim e Nelas, naturalmente; Carregal do Sal; Castelo de Vide; Coja, Folgoso; Gois; Gavião; Lagares da Beira; Mangualde; Monforte, Oliveira do Hospital; Ponte de Sor; Santa Comba Dão; Santa Cruz da Trapa; Tábua; Tondela; Elvas; Vale Besteiros; Vila Nova de Oliveirinha; Vila Nova de Tazem; Viseu e Vouzela. Além, naturalmente, da Cruz Vermelha, GNR, ICNF e o INEM.

Dizer-vos que é bom, nós elencarmos o nome. Vou pedir-vos só um bocadinho de compreensão porque, em momentos destes é bom nós agradecermos e reconhecermos e prestar o tributo e ficar exarado na própria Assembleia Municipal esse Reconhecimento e esse Agradecimento que fazemos, o Território, não o Presidente da Câmara, mas, estou certo, os seus Membros Autarcas todos, seja a Assembleia Municipal, seja a Câmara Municipal, sejam as Juntas de Freguesia, seja a nossa Comunidade, a quem nos apoiou, a quem nos ajudou, a quem nos ajudou a ajudar, a quem nos socorreu.

Além da ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, dizer-vos que estiveram a operacionalizar várias máquinas de rasto e maquinaria diversa. Nesse contexto, tivemos também o apoio dos Municípios de Seia, Oliveira do Hospital e Carregal do Sal, com cedências de máquinas de rasto, fazendo nós depois também uma cedência de máquinas de rasto ao Concelho vizinho e Amigo de Mangualde.

No que concerne a vítimas, não temos a registar vítimas mortais. Um parêntesis, naturalmente, para os três Bombeiros, além dos outros todos, todas as vítimas, independentemente, do seu estado, são de lamentar. Nós podemos reparar tudo, ou conseguir reparar tudo. Isto não se consegue reparar, obviamente.

Mas, além das vítimas mortais que nós tivemos, Bombeiros, Civis e Populares, dizer-vos, em particular, que três Bombeiros, embora o episódio tenha ocorrido num outro Concelho, tinham estado a ajudar-nos aqui no nosso Concelho.

Toda a gente que, infelizmente, foi vítima mortal merece o nosso Pesar, já lá vamos e a ideia que eu tenho é que, naturalmente, toda a gente terá Votos de Louvor, por um lado e Votos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Pesar, por outro. E a ideia é tentar colidir isto, sem problema nenhum. Não tenho nenhuma intenção, ou veleidade disso. Acho que é sentido. Naturalmente, a Assembleia Municipal fará essa proposta, ou juntando as diversas propostas, ou for conforme decorrer também, naturalmente, a sessão.

Mas, dizer-vos que, no nosso Concelho, tivemos sete feridos registados, seis Civis e um Militar da GNR, onde foram, prontamente, atendidos no Hospital de São Teotónio. E foram diagnosticados com queimaduras ligeiras de Grau 1 e Grau 2. E inalação de fumo, sem intoxicação grave. Dois tiveram alta no próprio dia, por volta das 20:00 horas. E desses feridos, três estão a ser acompanhados no Hospital de Coimbra. Para o efeito, o Município assegurou transporte desde o nosso Município, da residência, até ao Hospital de Coimbra. Já foram feitos dois tratamentos. São os acompanhamentos semanais. E vão continuar a decorrer enquanto for necessário.

Registaram-se ainda, dados oficiais, 11 atendimentos nas Unidades de Saúde, USF,s, derivados da inalação de fumos, situações de ansiedade também, naturais, perturbações oculares e queimaduras ligeiras, ainda mais ligeiras, mas queimaduras também.

Foi assegurado o abastecimento de água para as populações e os pontos de recolha e de combustível, sinalizados pelas Equipas no terreno. E, também dos registos, que foram uma das questões que foram levantadas, apesar da proximidade das suas imediações, não foram registados danos nas Zonas Industriais, nem no Setor Empresarial, nem no Avícola, nem em tudo que seja do que nós temos aí em termos do que é a Economia do Concelho. O que não invalida que, embora não haja, nos levantamentos que foram feitos e dos suportes que foram inventariados, não haja e dos contactos que foram feitos, nenhum dano direto nas empresas, o que não quer dizer que, devido ao calor excessivo na proximidade, ou o impacto dos fumos, não possam ter outro tipo de implicâncias.

Sendo certo que, naturalmente, no que é no impacto direto, felizmente, não aconteceu, como, infelizmente, aconteceu noutros territórios, um impacto direto nas empresas. E os Bombeiros estiveram notabilíssimos. Estiveram em todas as Zonas Empresariais em perigo, os Aviários, o Setor Comercial e as populações também. Estiveram bem perto.

E, nós, nestas alturas e também já lá vamos e generalizando, os nossos Bombeiros foram fabulosos. Foram extraordinários, como sempre. Um grande orgulho nos Bombeiros, na nossa Proteção Civil, que foi incedível, nos Funcionários da Câmara, não só da Proteção Civil, mas diversos Serviços que se voluntariaram e andaram no apoio logístico e andaram a apagar fogos, literalmente, um pouco por todo o Concelho também. E os Populares, porque os Populares foram de uma eficácia notabilíssima. E isto foi uma guerra dura. E, só este conjunto e só estas sinergias, julgo, que permitiu que os impactos, ou que os danos não tivessem sido, os materiais, mais efetivados e os humanos, eventualmente, não lamentáveis. E, portanto, acho que o que eu estou a dizer é, comumente, apoiado e partilhado por toda a gente. Obviamente que é uma ideia pessoal, somente.

E, dizer-vos duas, ou três coisas também para o efeito: Um, foi, como nestas situações, é sempre feita uma Equipa para o levantamento dos estragos e dos prejuízos. Fizemos isso. E também foi depois a orientação, mais tarde, do Governo, mas, também era previsível fazemos isso desde a primeira hora, com uma Equipa que foi criada com diversas intervenções. Uma primeira, que parece que não é assim tão empacotante, mas é.

Estamos a falar que houve muita gente de população mais Sénior, mais envelhecida. E o Património, nem que seja uma língua de terra, pode não parecer que seja muito empacotante na vida das pessoas, mas é-o e muito. Há ali o que é o Património e há ali o que é um trabalho diário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

ao longo da vida, que, por mais pequena que seja a perda de meia dúzia de quilos de azeitona, ou de lenha, ou isso, tem um impacto enorme, em primeiro lugar, no equilíbrio emocional e depois na parte da gestão familiar das pessoas e nós temos que ter a noção disso. Aquela lenha foi armazenada para o inverno, o feijão, as batatas, o azeite, o que é que quer que seja que estivesse nos seus anexos de propriedade, foram dizimados e contam muito no que é a economia familiar das pessoas.

E, julgo eu que é também partilhado por vocês, tudo é importante fazer, mas esta parte é de uma importância acrescida porque há sempre, quando isto é nas linhas de apoio e estão criadas linhas de apoio, há sempre uma entropia grande. Aconteceu em 2017. E não é fácil justificar. Os apoios que vão ser feitos têm que ter uma justificação, um enquadramento jurídico, para ser feito. E a maior parte destas pessoas não têm o registo. Não tem o registo do número das oliveiras, mesmo que sejam meia dúzia, ou das vinhas, ou das videiras, ou das plantações, ou de uma macieira, ou isso. Ou da lenha, que não a têm. Mas, efetivamente, ardeu.

O que foi feito nas reuniões, foi feita uma reunião com o Senhor Ministro da Coesão, na semana passada, com todos os Autarcas da CIM Viseu Dão Lafões que foram afetados pelos incêndios e foi isso, que aqui eu e os outros Colegas também, os outros Senhores Presidentes da Câmara, fizemos sentir, que há danos a inventariar. Para uma empresa é mais fácil justificar as perdas. Há uma faturação. Há uma perda efetiva. Está ali o objeto. E é fácil conseguir explicar aquilo.

Para a D.^a Maria, que tem uma Habitação com um Anexo no Folhadal e que lhe ardeu a lenha, a azeitona e o feijão, não tem uma prova para isso. Agora, nos mecanismos, tem que haver uma prova evidente. Há aqui uma abertura que me parece bem, que é fazer o reporte com esta inventariação. E permitir fazer um registo, não é à posteriori, mas em simultâneo, para consolidar e justificar isso.

Isso foi a preocupação de todos e nossa também em particular, que me parece que é a mais importante. Não é que sejam mais, ou menos importantes. Mas, geralmente, estes danos e prejuízos não são justificáveis, embora sejam quantificáveis, mas são os primeiros a ter esse impacto.

E, nessa Equipa havia Psicólogas e Assistentes Sociais. Tivemos o apoio do Centro Distrital de Segurança Social que nos reforçou com mais um Psicólogo, com a Saúde Pública, com uma Enfermeira também, além das Assistentes Sociais da Câmara, com coisas tão simples como isto: Falar com as pessoas. As pessoas viveram situações traumatizantes, complicadas, que causam moosa. E verificou-se isso mesmo. Havia uma necessidade grande até de falar, de desabafar, de carpir as mágoas, literalmente. E, isso é um apoio que me parece também importante. Pode não ter, assim, aquele impacto grande, mas tem um maior que é a primeira linha de apoio.

O inventariar dos danos e prejuízos foi importante ser feito. E, depois, havia ali a ideia de termos alguém ligado à Saúde, a Enfermeira. E na Ação Social para ajudar nesse apoio. Houve uma primeira linha criada no que é o apoio aos Produtores que pediram e que pode ser feito, que é no fornecimento da alimentação animal. Com o objetivo claro do que foi perdido muito do que é o fundamento para alimentar os animais. E também se deu resposta nesse sentido.

Da mesma forma que, em termos de quem tem Apiários, há muitos Produtores de Mel no nosso território e é um modelo de desenvolvimento económico, ou um modelo de negócio em crescendo e que, naturalmente, foi, severamente, prejudicado. Obviamente, as abelhas, com o cenário que nós temos não é fácil e haverá também apoio nesse sentido.

Houve também a preocupação de fazer Protocolos, que já estão no terreno a ser feitos e vão ser incrementados, das sementeiras, para estabilização, para preservar a Biodiversidade e para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

permitir também, não só que os territórios precisam de estabilização, mas para permitir a Biodiversidade da Fauna e da Flora.

E, dizer-vos também que, independentemente disso, o que permite dos registos, dos levantamentos, seja dos Anexos Agrícolas, os Tratores, as Alfaias, as Viaturas, os Apiários, as árvores de fruta, os olivais, lenha e outros produtos agrícolas, esse levantamento está feito. Agora, tem que ser sistematizado. E, depois desse levantamento, dizer-vos que a partir da próxima segunda-feira, com o levantamento que foi feito na globalidade, há a dizer aqui que foi feito um levantamento exaustivo e de grande relevo pelas Juntas de Freguesia, que, tanto a de Senhorim, como a de Lapa do Lobo, como a de Canas de Senhorim, como a de Nelas, com o apoio desse levantamento feito, diretamente, também, que complementou este trabalho que foi feito. Não quer dizer que esteja lá tudo.

E, portanto, vamos ter que voltar, outra vez, a passar, com os dados que nós temos e validá-los, naturalmente, de outra maneira. Desta feita, a Equipa que vai, já é uma Equipa na Área do Gabinete de Apoio à Agricultura e do que é do GAF, do Gabinete de Apoio à Floresta, no sentido também de já haver a outra parte que é importante fazer nestes reportes, que é o inventariar e associar um custo, porque é isso também que o Programa de Apoio obriga, ou exige.

Já há um documento que foi entregue, oficial, que veio através da CCDR, com orientações do Ministério da Coesão e do Governo, nas linhas de apoio. E, portanto, além deste inventariar, cada uma das rubricas inventariadas tem que ter uma estimativa de custo associado.

Em termos dos impactos, temos, nas Infraestruturas Municipais afetadas, ETAR,s, Estações Elevatórias, a sinalização, naturalmente, diversa, de trânsito, de Caça e Pesca, em particular também, dos caminhos e trilhos que foram danificados, bem como de Infraestruturas Desportivas, como é do conhecimento público, da Gatuna, conhecido dessa forma, do Campo do Sport Vale de Madeiros e Benfica, que pode ter ali algum enquadramento porque é uma infraestrutura que está edificada num terreno onde, alegadamente, ou supostamente, não poderia estar, porque está em REN, em Reserva Ecológica Nacional e tem ali um problema de enquadramento que não vai ser fácil porque, para todos os efeitos, aquilo não poderia, nem deveria existir. Mas está lá. Não há. Não tem enquadramento legislativo. Na altura era feito o que era feito. Só que agora justificar um apoio numa estrutura que está localizada numa Reserva Ecológica Nacional não é tão fácil. Mas haverá, de certeza, forma de fazer o apoio que não pode ser de outra maneira.

Deixar só duas, ou três notas finais sobre o assunto. E, independentemente, do Voto de Louvor, que está aqui, aos Bombeiros e o Voto de Pesar às vítimas que foram, que pereceram na defesa das pessoas, das populações, das Comunidades e que, certamente, haverá outras, naturalmente. Portanto, aqui é, somente, uma, naturalmente, o contributo e isso vertendo-se numa só. É uma proposta da Câmara Municipal, dos Senhores Vereadores da Coligação e dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. É uma proposta da Câmara que foi aprovada por unanimidade na última reunião de Câmara. E, portanto, que está aqui para distribuímos, naturalmente, o texto final, com este e com outros contributos, o que julgo que é necessário fazer, naturalmente que a Assembleia Municipal também faça isso.

Como vai haver isso, vou apelar aqui. Pronto, as Entidades todas que estão aqui vertidas. Não as vai agora replicar, que estão cá as diversas Entidades, as Instituições, as Corporações, o Movimento Solidário grande que houve, os apoios das Autarquias com as máquinas de rasto, a Proteção Civil, o Comando Operacional Distrital com o nosso Miguel Ângelo, que fez um apoio enorme a todos, mas ao nosso Concelho em especial. E, naturalmente, aos Municipais, volto, outra vez, a reiterar isso, que eu lembro-me, por exemplo, em Senhorim, nós termos chegado e termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

andado, desculpem a expressão, de mangueira na mão e depois faltar, não havia gente suficiente. De repente, apareceram tratores organizados, a resiliência dos territórios é isso, com água, homens e mulheres. Toda a gente a participar.

Depois, passar e vermos isso nas Caldas da Felgueira, em Vale de Madeiros, no Folhadal. Tivemos, depois, na Lapa do Lobo uma noite onde a nossa própria máquina lá ficou. Ficou parada. Depois andámos a esgaçar ramos de oliveira para não chegar àquilo porque a máquina estava cheia de combustível. Não teve muita piada, mas não foi uma coisa, particularmente, fácil. Ou, depois, quando nós assistimos à passagem do fogo a projetar-se para o Hotel da Urgeiriça com uma voracidade enorme.

Mas, naturalmente, dizer que os Bombeiros. Começa sempre pelos Bombeiros. Obrigado do fundo do Coração. E depois a quem nos ajudou, às outras Corporações, naturalmente e a todos os Agentes de Proteção Civil, GNR, Delegado de Saúde Pública, USF,s e às Juntas de Freguesia e às Populações. E às Juntas de Freguesia que não foram afetadas também. A solidariedade territorial do Município de Coesão, os Senhores Presidentes de Junta todos, as Juntas de Freguesia todas, em solidariedade e em apoio porque também, como nós sabemos, o fogo, nós, até sabemos onde começa, mas, infelizmente, não sabemos onde acaba. Portanto, deixo isso depois para o Agradecimento e Reconhecimento,

Dar-vos só mais dois apontamentos. Sobre, também, o que tem sido desenvolvido e o que vai ser feito. Além dessa Equipa Multidisciplinar e do Apoio Alimentar que está a ser feito e de ração também que vai ser instituído, também temos a questão da alimentação das abelhas com os Apicultores, já está sinalizado e vai ser facultado esse apoio.

E há um outro que esta Equipa Multidisciplinar fez. Houve gente que teve que ter respostas. Não foram muitas Famílias. Mas de apoio também ao que era a sua economia familiar diária. Famílias que tiveram no acesso, por exemplo, ao abastecimento de água, problemas decorrentes do fogo, que foram repostas.

Obrigado António Costa que, enquanto Funcionário também, de resolver uma, ele e os Colegas, naturalmente, de resolver uma situação complexa. O apoio às vítimas, ao socorro e transporte, tanto estas, como as outras sinalizadas também.

E, dizer-lhes que está a decorrer, no que decorre do Plano de Nacionalidade, pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, para um apoio da Proteção Civil Municipal e, em particular, das Corporações do Concelho, dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas, em particular das EIP,s, das Equipas de Intervenção Permanente, os trabalhos que foram realizados de Estabilização e de Emergência, seja desobstrução das linhas de água, passeios e valetas, a criação de barreiras naturais de linhas de água para evitar, numa primeira instância, que as águas depois cheguem aonde nós não queremos, às linhas de água e ao rio, ao corte natural de lenhoso e rasteiro, particularmente, árvores, a limpeza de resíduos sólidos e lenhosos. Portanto, um agradecimento grande ao trabalho notável das 3 Equipas do ICNF que estiveram cá e das EIP,s dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas.

Ainda, nesse sentido, também da Estabilização e de Emergência, há uma parte agora que implica, quer a parte da maquinaria e a continuação da sementeira no que é a Biodiversidade e na proteção do que são os terrenos e os territórios. E as faixas de contenção, que são definidas por quem bem conhece o território e sabe o que está a fazer, que são os Bombeiros Voluntários e a Proteção Civil.

Dizer-vos ainda que, nestas matérias, há ainda o próprio projeto que se vai, é o Momento Zero, é mais difícil, já vamos falar sobre isso. Não me vou alongar aqui. Dizer, naturalmente, que há várias formas de se conseguir e continuar a apoiar, quer da parte do Município, quer os apoios



que sejam feitos a nível oficial. Foram anunciados ontem, como vocês sabem. Houve um Conselho de Ministros que, basicamente, o que produziu, ou que resultou, foi o que foi anunciado.

E, portanto, nós estamos a falar em dois tipos de apoio concomitantes: Um, o que é um financiamento que existe do Fundo Social Europeu, de verbas afetas ao PRR, mas que vêm do que estava consignado do que funciona em termos estruturais, que é um Apoio Europeu do Fundo Social Europeu. Mas também das verbas, naturalmente e dos apoios prestados também para o Município. Estas e outras medidas surgirão também de apoio que, naturalmente, são instituídas com os contributos sempre de que toda a gente possa fazê-los no apoio que nós possamos fazer às populações.

Dito isto, não invalidando de algum esclarecimento, ou de algum acréscimo de alguma recomendação, de alguma sugestão dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, o Voto de Louvor, eu proponha que só, pedia ao Senhor Vereador se o podia distribuir, se não se importava, ou o Luís, ou alguém que possa apoiar, só para distribuir o Voto de Louvor e não vou lê-lo já porque há outros Votos de Louvor também. E, portanto, parece-me pacífico. Será, mais, ou menos, do mesmo teor e depois colidi-num documento. Proposta minha, somente. Só isso.

Obrigado pela vossa atenção.

Voto de Louvor: Agradecimentos e Reconhecimento Público

Nestes dias de luta contra as chamas queremos deixar uma palavra especial, de profundo agradecimento e reconhecimento aos Bombeiros Voluntários do Concelho, de Canas de Senhorim e de Nelas, que foram, como sempre, incansáveis na defesa de pessoas e bens. Os nossos bravos heróis estiveram em serviço de permanência desde 2.^a feira 16, até ao dia de hoje, uma dedicação sem limites, até à exaustação, sacrificando o seu descanso e a própria família, a quem agradecemos também a compreensão. Orgulho Municipal incomensurável.

Estiveram em permanente missão 40 Operacionais dos BV de Canas de Senhorim e 50 Operacionais dos BV de Nelas, ininterruptamente, desde 2.^a a 6.^a Feira. Releve-se ainda a ampla interligação e cooperação entre as 2 Corporações. Uma nota de igual modo no apoio prestado em outros Concelhos, em particular nos territórios vizinhos.

Agradecimento sentido a todas as outras Corporações de Bombeiros da região, mas também de outros pontos do País, que a nós se associaram neste combate duro, extensivo também à Guarda Nacional Republicana, Delegada de Saúde, ICNF, AFOCELCA, INEM, Cruz Vermelha Portuguesa, FEB, Municípios de Seia, Oliveira do Hospital e Carregal do Sal, pela cedência das máquinas de rastos, A todos o nosso Obrigado, pelo apoio inexcedível nestes dias intensos e de grande complexidade,

Agradecimento ainda ao Comandante Operacional Distrital da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e à sua equipa.

Um agradecimento e reconhecimento especiais aos Múncipes, às comunidades, à sociedade civil, na ajuda preciosa e incansável na participação ativa do combate aos incêndios, na vigilância e no acompanhamento das operações.

Agradecimento sentido à Proteção Civil Municipal, pela coordenação e trabalho de campo de excelência, envolvendo inúmeros funcionários da Câmara, que se voluntariaram a integrar as equipas de apoio ao combate, e muitas vezes participando ativamente no mesmo. À Câmara Municipal, que desde a primeira hora diligenciou todos os meios, bem como no acompanhamento no teatro das operações, participando também ativamente no combate aos incêndios, lado a lado com os Presidentes das Juntas de Freguesia e membros dos respetivos executivos afetados pelos incêndios, bem como a colaboração e apoio de todos os Presidentes de Junta em geral.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Agradecimento à ARCPaço (Associação Recreativa e Cultural do Paço) pelo confeccionar das refeições e ao Restaurante Zé Pataco que ofertou um jantar aos Bombeiros.

A todos uma palavra de enorme agradecimento e reconhecimento pelo esforço incansável, empenho e dedicação na defesa das populações e dos seus bens, e do nosso território.

Um enorme Bem-Haja pelo inestimável contributo.

Voto de Pesar:

O Município de Nelas manifesta o seu sentido voto de pesar e solidariedade para com todos os municípios do País assolados pela vaga de incêndios, em particular os da região. O Município de Nelas reitera as suas mais sentidas condolências às Famílias enlutadas das vítimas mortais, aos Amigos, às Corporações dos Bombeiros Voluntários e demais entidades de proteção civil, associando-se a todos nesta hora de profunda dor e consternação. Um cumprimento especial a todos os que sofreram ferimentos, fazendo votos para uma célere recuperação.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Dou a palavra à segunda pessoa inscrita. Senhor Deputado João Alfredo Ferreira.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Ex.m.º Senhores Membros da Mesa da Assembleia Municipal.

Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados.

Aquilo que me traz aqui é uma Proposta de Pesar, uma Proposta de um Minuto de silêncio e de Agradecimento que tive e foi subscrita, falei com Elementos de outros Partidos, tanto do PS, o Senhor Professor António Borges e com do PCP/PEV/CDU, o Senhor Deputado João Paulo.

Eu vou começar a ler:

Proposta de Voto de Pesar, Minuto de Silêncio e Agradecimento

Assunto: Homenagem às Vítimas dos Incêndios de Setembro de 2024.

Exmos. Senhores membros da Assembleia Municipal,

Diante da tragédia que assolou o nosso concelho e o país nos dias 16 a 20 de setembro, com a perda de abnegados bombeiros e civis no combate aos incêndios, proponho a esta Assembleia Municipal a seguinte homenagem:

Considerando:

•A magnitude dos incêndios que devastaram o concelho de Nelas, e diversas regiões do centro e norte de Portugal;

•O heroico trabalho dos bombeiros que, com risco da própria vida, combateram as chamas;

•O falecimento de bravos bombeiros e cidadãos, que perderam as suas vidas em prol da comunidade;

•A necessidade de prestar uma homenagem digna a estas vítimas e expressar a nossa solidariedade às suas famílias;

•A importância de reconhecer o trabalho incansável de todos os agentes de proteção civil envolvidos.

Proposta:

1. Voto de Pesar:

- Que esta Assembleia Municipal, em nome de todo o concelho de Nelas, apresente um voto de profundo pesar pelo falecimento dos bombeiros e civis vítimas dos incêndios de setembro de 2024, manifestando a sua mais sentida solidariedade às famílias enlutadas.



2. Minuto de Silêncio:

- Que seja observado um minuto de silêncio em memória das vítimas, como gesto de respeito e homenagem.

3. Mensagem de Agradecimento:

- Que seja enviada uma mensagem de agradecimento aos Bombeiros, nomeadamente aos Bombeiros Voluntários de Nelas, Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, agentes de proteção civil, entidades envolvidas no combate aos incêndios e aos cidadãos que em circunstâncias extremas, arriscaram a sua vida na defesa de pessoas e bens, reconhecendo o seu valor e dedicação.

Endereçar votos de rápido restabelecimento aos Bombeiros, Militar da GNR e Civis que sofreram ferimentos nos incêndios ocorridos no nosso concelho.

Justificativa:

É nosso dever honrar a memória daqueles que se sacrificaram em defesa de suas comunidades e expressar a nossa gratidão a todos os que se empenharam no combate às chamas. Este voto de pesar e o minuto de silêncio são gestos de respeito e reconhecimento que demonstram a nossa união neste momento de luto.

Conclusão:

Apelo a todos os Membros desta Assembleia Municipal para que aprovelem esta proposta, demonstrando a nossa solidariedade e o nosso compromisso em trabalhar por um futuro mais seguro.

Obrigado

João Alfredo Lopes Ferreira, Deputado Municipal Independente, eleito pela Coligação PSD/CDS. Subscrita pelo Grupo de Deputados Municipais do PS e do Deputado Municipal do PCP-PEV/CDU, João Paulo Guerra.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Passa-se à seguinte intervenção da Senhora Deputada Vera Faria.

A Senhora Deputada Vera Faria:

- Boa tarde a todos.

Nós temos um Voto de Louvor aos Bombeiros e um Voto de Solidariedade às vítimas dos incêndios.

Vou passar a ler, se não se importam:

Assembleia Municipal de Nelas

Voto de Louvor aos Bombeiros e de Solidariedade às vítimas dos incêndios

Na última semana, o nosso País, nomeadamente o nosso Concelho, foi devastado por incêndios florestais de uma magnitude sem precedentes. As chamas, impiedosas e vorazes, consumiram não apenas hectares de floresta, mas também sonhos, memórias e vidas. Cada árvore queimada, cada animal perdido, cada casa representa uma ferida profunda no coração da nossa nação. As imagens dos incêndios são difíceis de esquecer: o céu tingido de vermelho, o ar pesado de fumaça, o som incessante das sirenes. Mas, no meio dessa devastação, surgem histórias de coragem e de solidariedade que nos lembram da força do espírito humano. Os Bombeiros, verdadeiros heróis, enfrentam o perigo de frente, arriscando as suas vidas para salvar o que podem. A sua bravura e dedicação são um farol de esperança em tempos tão sombrios.

Queremos expressar o nosso mais profundo reconhecimento e gratidão aos nossos Bombeiros, que demonstraram um espírito de sacrifício, coragem e dedicação incomparáveis. Estes arriscam as suas vidas diariamente para proteger as nossas comunidades, combater incêndios devastadores, salvar vidas, bens e a nossa preciosa floresta. O seu trabalho incansável e altruísta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

merece o louvor e o respeito de todos nós. A sua bravura e compromisso são um exemplo inspirador de serviço à comunidade e de amor ao próximo. A todos os Bombeiros, o nosso sincero agradecimento e admiração.

Neste momento de dor e perda, queremos expressar a nossa solidariedade também para com todas as vítimas dos incêndios da semana passada. As nossas condolências vão para as famílias que perderam entes queridos, para aqueles que viram as suas casas e meios de subsistência destruídos, e para todos os que foram afetados por esta tragédia. Que encontrem força e esperança para reconstruir as suas vidas. Estamos do vosso lado, oferecendo o nosso apoio e solidariedade. Que a união e ajuda mútua nos guiem neste caminho de recuperação e renovação.

Cada incêndio traz consigo uma dor imensa, mas também uma oportunidade de reflexão. Precisamos cuidar melhor do nosso ambiente, adotar práticas mais sustentáveis e estar sempre vigilantes para prevenir novas tragédias. A natureza, generosa e bela, merece o nosso respeito e proteção. Que possamos aprender com estas tragédias e trabalhar juntos para um futuro onde os incêndios sejam apenas uma lembrança distante.

Que a força e a coragem demonstradas por tantos inspirem cada um de nós a ser guardião do nosso planeta, protegendo-o para as gerações futuras.

Bancada Parlamentar do PS.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Obrigada. Passamos ao seguinte. Portanto, o Senhor Deputado André Borges.

O Senhor Deputado André Borges:

- Senhora Presidente.

Membros da Mesa.

Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Estimado Público.

No passado dia 12 o Município promoveu uma viagem da População Sénior ao Santuário de Fátima. Essa viagem teve um custo na contratação de autocarros no valor de 7.425,00 euros.

Gostava de saber se os autocarros do Município não poderiam ter efetuado a viagem e o motivo pelo qual ter tido de recorrer aos Serviços Externos.

Verifiquei também, através do Portal Base, datado de 24 de setembro deste ano, que foi estabelecido um Contrato por Ajuste Direto a uma empresa sediada num Concelho vizinho, para prestar Serviços de limpeza no Concelho. O que implica limpeza dos arruamentos, reservagem dos arruamentos, limpeza das folhas na época do Outono e serviços pontuais de limpeza pública de realização de Eventos. Prazo: 210 dias, no valor de 19.000,00 euros.

Nós, aqui reunidos na Assembleia Municipal de 12 de dezembro de 2023, aprovámos a Proposta de Reestruturação dos Serviços Municipais, quando, por suas palavras e passo a citar: Temos uma componente nos Serviços Externos que está a precisar de ser reforçada porque tem gente já com uma idade razoável. Alguns com condicionalismos de natureza física e de saúde, que estão, devidamente, plasmados nos Relatórios Médicos e há necessidade de Funcionários que, de alguma forma, não foram sendo renovados para serviços que são importantes ser feitos.

Portanto, nós estamos a falar, por exemplo, temos a parte dos Jardineiros, temos a parte dos Calceteiros, de Carpinteiros.

Fim de citação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Gostava de saber se não houve qualquer contratação para os Serviços Externos visto ser esse também o propósito da reestruturação, ou se apenas se limitaram a lançar concursos para ocupar determinados lugares nos Serviços Internos, ou se é mera opção.

Por último, no passado dia 15, na Página.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Deputado, importasse de repetir só a última parte?

O Senhor Deputado André Borges:

Gostaria de saber se não houve qualquer contratação para os Serviços Externos visto ser esse também o propósito da reestruturação, ou se apenas se limitaram a lançar concursos para ocupar determinados lugares nos Serviços Internos, ou se é mera opção.

Por último, no passado dia 15, na Página do Facebook do Município de Nelas, sobre a publicação que dava conta da Realização do 1.º Encontro Nacional de Bombos em Caldas da Felgueira, em resposta a comentários, surgiu um que, usando a própria Conta do Município, se dirigiu a um Muncipe em modos menos próprios, nem tanto pelo teor, mas sim por usar o nome do Município.

Uma coisa é darmos a cara e termos a coragem de assumir o que escrevemos. Outra coisa é a cobardia de quem se esconde atrás de uma Conta falsa e neste caso da própria Página do Município. Claro que a resposta foi, prontamente, apagada.

Quero acreditar que o Senhor Presidente até pode nem ter tido conhecimento de tal situação. Muito menos, aprová-la. Mas, com certeza, tem conhecimento de quem usa a Conta do Município.

Pergunto, se pode dizer quem é que tem acesso para escrever e colocar na Página do Facebook do Município de Nelas.

Obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

-Passamos à intervenção seguinte do Senhor Deputado João Paulo Guerra.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Senhora Presidente.

Senhora Secretária e Senhor Secretário.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Caros Colegas.

Estimado Público.

Começo a minha intervenção com um Agradecimento. É estranho, mas vou fazê-lo, não por ser de uma Força Política diferente que não o iria fazer.

Senhor Presidente: Obrigado pela sua disponibilidade, auxílio, preocupação, aos Cidadãos do nosso Concelho.

Durante os fogos que atingiram o nosso Concelho, que nos atingiram, você esteve, incansavelmente, do nosso lado. Muito obrigado.

Prolongando este Agradecimento também aos Senhores Vereadores presentes também nesse combate, Presidentes de Junta, envolvidos os Trabalhadores da Câmara e sem esquecer os nossos Bombeiros de Canas de Senhorim e Nelas e os restantes que estiveram em nosso auxílio.

Agora, umas pequenas perguntas. Isto não é só facilidades.

Derivado aos fogos, no Município, vários Cidadãos utilizaram água da rede pública para se protegerem. Que medida irá tomar o Município para auxiliar essas pessoas com rendimentos um bocadinho mais baixos? Com 60% de área ardida do nosso Concelho, 60% sou eu aqui a dizer,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

que deve ser menos, que medidas serão tomadas para melhorar o ordenamento do nosso território ardido?

Agora, tive conhecimento que um Estabelecimento Hoteleiro, inserido numa Zona Residencial, que já requisitou ao Município a colocação de Contentores perto do seu Estabelecimento, tendo feito essa requisição por várias vezes e ainda não foi feita a sua colocação. O que irá fazer sobre isso? Se quiser o nome é Serra à Vista, que está inserido ali no meio da Vila e ele não tem Contentores de lixo. E ele queixou-se. Ele disse-me que anda a distribuir por vários.

Muito obrigado. É só.

A Senhora Presidente da Assembleia:

Obrigada. Passamos à seguinte intervenção do Senhor Deputado Tiago Fonseca.

O Senhor Deputado Tiago Fonseca:

- Senhora Presidente.

Restantes Membros da Mesa.

Senhor Presidente de Câmara.

Senhores Vereadores.

Estimados e Colegas Deputados.

Caro Público.

Funcionário do Município.

Boa tarde a todos.

Associar-me, naturalmente, a mim e aos meus Colegas de Bancada do meu Partido a todos os Votos de Louvores que foram agora feitos, quer aos Bombeiros, quer às Entidades envolvidas neste combate ao incêndio que deflagrou na passada semana. E dizer-lhes também que, agradecer e tomar também, das vossas dores, as nossas e que contem também sempre com o nosso apoio em tudo.

Eu tenho um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente de Câmara. Como é normal e óbvio, ao fim destas situações, existe sempre visitas por parte das Entidades, por parte de quem nos governa. Tivemos, ainda esta semana, a visita ao nosso Concelho por parte do Senhor Ministro das Pescas e da Agricultura e, segundo sei, do Senhor Secretário de Estado das Florestas.

Aquilo que eu queria questionar o Senhor Presidente de Câmara é se teve alguma informação, uma vez que o Senhor Secretário Geral do Partido Socialista esteve aqui tão perto, esteve em Carregal do Sal, esteve em Mangualde e, se por algum motivo de agenda, ou se teve algum conhecimento, ou pedido de visita ao nosso Concelho, uma vez que esteve tão perto de nós. Se usou, pura e simplesmente, o Concelho de Nelas para servir de via de mobilidade entre Carregal do Sal e Mangualde. E se ignorou quer as populações, quer a nossa Comunidade e território, com vista a tudo que aconteceu em Nelas.

Era só essa questão. Obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Obrigada. Passamos ao último pedido de intervenção, Senhor Deputado Pedro Pinto.

O Senhor Deputado Pedro Pinto:

- Boa tarde a todos.

Considerem-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente.

O que me trás aqui? Muita coisa, principalmente, as pernas. E vou começar e visto que estamos a falar dos fogos, que me toca muito, porque sou uma pessoa muito ativa nessa área.

E, como sou uma pessoa muito ativa nessa área, custa-me, às vezes, ver certas coisas e por isso é que eu tenho o coração ao pé da boca e custa-me, às vezes, ver ainda várias Forças



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Políticas aproveitarem-se da miséria e da desgraça que é, para apontarem o dedo a quem quer que seja.

Nós, nestas alturas, não devemos apontar o dedo a quem quer que seja. Devemos é unir-nos e eu, mais à frente, vou-vos dar um exemplo disso, daquilo que aconteceu aqui no nosso Concelho. Não devemos apontar o dedo, mas devemos unir e trabalhar em prol da desgraça que foi, da desgraça que já foi e das desgraças que vão continuar a ser porque não pensem que outubro de 2017, 2013, 2024, 2023, não vão voltar a acontecer. Garanto-vos e eu digo, garanto-vos porque em todos eles eu estive presente, na frente.

Em 2013 tive vários Colegas meus que morreram ao pé de mim. Em 2017 fiquei cercado nas Caldas da Felgueira com o Senhor Vereador Fernando Silvério e com o Senhor Presidente, na altura, José Borges da Silva. E trabalhámos muito para que não voltasse a acontecer. Em 2023 continuou a acontecer. Em 2024 viram a desgraça que foi. E qual é a ilação que tiramos daqui? Podemos tirar muitas. As coisas vão continuar a acontecer. Os incêndios vão continuar a acontecer. Isso vos garanto e tenham a certeza disso.

Desde 2016, desde que as EIP,s foram criadas nos Corpos de Bombeiros e para o ano, em 2025, eu vou fazer 30 anos de Bombeiros. Não falo dos Bombeiros de cor. E, em 2016, eu assumi Chefias nas EIP,s dos Bombeiros e foi aí que eu entrei. Não entrei por cunhas. Entrei porque já lá estava dentro. Concorri e como vários Elementos meus, concorreremos e ficámos lá. E continuámos lá. E trabalhamos em prol.

Desde 2016 que há um trabalho mais árduo. Desse trabalho que é o levantamento dos caminhos. Já há a Rede Primária, já há a Secundária, os pontos de água, são situações muito importantes para que os incêndios que vão continuar a acontecer, nós possamos, porque dizem-nos sempre que: Não se faz nada. Não se faz nada. Não se faz nada. Faz-se muito. É um trabalho que nem sempre esse trabalho tem que estar à vista de todos.

As limpezas dos caminhos, desde 2016 que os caminhos, juntamente com os Municípios, com os Executivos que cá têm estado, com os Senhores Presidentes de Junta, esse levantamento tem sido feito pelas EIP,s de Nelas e de Canas de Senhorim, têm sido feitas e têm sido bem-feitas.

Os pontos de água, os levantamentos dos pontos de água, as limpezas dos pontos de água, os caminhos. Os caminhos que são feitos e as intervenções que são feitas com as máquinas da Câmara são feitos sempre com o acompanhamento dos Bombeiros. E é um trabalho importante.

E podem ter a certeza que a desgraça de 2024 não foi maior porque esse trabalho tem sido feito nestes últimos anos. E eu falo disso porque todos os dias acompanho essas máquinas. Não falo de cor. Posso-vos garantir que todos os dias acompanho essas máquinas, desde que são feitas, tanto de verão, como de inverno. E nós trabalhamos 365 dias por ano. E estamos lá. E abdicamos do nosso descanso. Abdicamos das nossas Famílias para lá estarmos.

E estou a dizer isto, porquê? Porque e agora, indo mais ao ponto de 2024 e desta semana, desta semana que foi fatídica para todos. Esta semana não começou, para os Bombeiros, na segunda-feira. Por acaso, estávamos a ter um verão e até nos ríamos um bocado com isso, que estava a ser muito tranquilo. Muito tranquilo porque os Bombeiros de Nelas e de Canas de Senhorim não se resumem ao Concelho de Nelas. Resumem-se ao País, aos Distritos, para onde nos chamam. Porque, nos dias de hoje, os Bombeiros vão para qualquer ponto do País.

E tínhamos estado a sair pouco das nossas áreas de intervenção até que aconteceu isto. Aconteceu isto, mas o que aconteceu, aconteceu desde sexta-feira. Na sexta-feira há um incêndio no Pisão, que seguiu para o Concelho de Viseu, porque nós fazemos ali uma ligação Pisão – Pedra Cavaleira, que já pertence ao Concelho de Viseu. E estivemos lá todo o dia no combate porque o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

combate não se resume só ao combate porque depois há a vigilância. E tivemos que continuar e tirar os pontos quentes.

Nesse mesmo dia, os Bombeiros de Canas de Senhorim e de Nelas foram acionados para o Fundão. Toda a gente sabe disso. Nessa sexta-feira, no dia 20, havia um incêndio grande no Fundão para onde fomos mobilizados, para onde foram destacados 10 Elementos daqui do Concelho de Nelas.

Não chegámos a chegar ao Fundão porque fomos desmobilizados do Fundão e fomos para Castro Daire, onde estivemos até domingo à noite. No domingo à noite rebentou o incêndio de Penalva do Castelo. O incêndio de Penalva do Castelo, se toda a gente também sabe, que estão aqui presentes, rebentou em Penalva do Castelo e ficou sem um veículo de combate a incêndios. Ficou o veículo de Penalva do Castelo porque podiam lá ter ficados uns 10 que lá estavam onde estava Canas de Senhorim e Nelas.

Isto são coisas que não aparecem nas redes sociais. Mas acontecem. E, nem toda a gente tem que estar sabedora daquilo que acontece. E, estivemos lá toda a noite, até que rebentaram os três incêndios que aconteceram aqui no Concelho, de onde viemos a toque de caixa porque eu estava lá também com eles e viemos todos para aqui onde estavam quase 20 Elementos dos Bombeiros do Concelho de Nelas, Canas de Senhorim e Nelas. E deixámos o incêndio de Penalva do Castelo que, se aqui estava mal, podem ter a certeza que lá estava bem pior, bem pior.

Havia já aldeias cercadas. Havia vítimas. Havia muita coisa. E viemos para aqui a toque de caixa. Começámos aqui na segunda-feira num incêndio que toda a gente viu. Viu o que aconteceu. E quando vos digo que os incêndios vão ser piores, digo-vos isto por experiência própria, porque 2023, ou 2017, foram maus, 2024 foi muito mau porque não ardeu tanta área, mas o incêndio, em si, foi muito agressivo.

E arrancou e toda a gente viu, que ele começou no Folhadal, começou nas Carvalhas e quando demos conta já estava na Lapa do Lobo. Já estava no Concelho de Mangualde. E depois, no seguimento, Carregal do Sal, Cabanas de Viriato. Depois, Tábua, Santa Comba Dão. Foi aí que ele foi parado.

E dizemos assim: Mas o que é que se pode fazer? O Incêndio voou por cima do IC 12. Só quem lá estava e quem viu, é que tem a perceção da velocidade que o incêndio apanhou. Passou por cima do IC 12. E continuámos. Continuámos segunda-feira. Continuámos terça-feira. Continuámos quarta-feira. Todos os dias no trabalho.

E, quando, há bocado vos disse que vos queria dar um exemplo. O exemplo foi assim: E estamos a falar de 24 horas sobre 24 horas. O Concelho de Nelas já não tinha chama ativa nenhuma e foi preciso reforçar os meios em Mangualde onde estavam aldeias cercadas. Isto eram 10:00 horas da noite. Estava lá o Senhor Vereador Rui Marques. Estava lá a Senhora Eng.^a Inês, ao pé de nós. E, entre Canas de Senhorim e Nelas fizemos um Grupo de quase 30 Bombeiros, onde saímos do Concelho de Nelas e entrámos no Concelho de Mangualde e extinguimos o incêndio às 08:00 horas da manhã. E o incêndio, aqui na nossa Zona, ficou, totalmente, apagado.

Isto é um exemplo que eu estou a dizer e que vos quero dar, que, além de desgraça, também pode haver união e eu sou daqueles que sempre houve a guerra dos Bombeiros, Canas de Senhorim/Nelas, de Nelas/Canas de Senhorim. Eu acho que chega a alturas que nós temos que parar, pensar um bocado e trabalhamos em prol das desgraças e olhamos mais para as coisas como elas são.

E, quando estou a dizer isto e isto, porquê? Porque, quando eu, há bocado falei nos Bombeiros de 30 anos, que sou Bombeiro há quase 30 anos, sou Bombeiro há quase 30 anos e trabalho com os mesmos veículos. E, isto, eu chamo à responsabilidade o Executivo e os Senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Presidentes de Junta, que têm que olhar com outros olhos para os Bombeiros porque, um dia destes, nós vamos ter muita vontade, mas não vamos ter meios, porque veículos com 30 anos, 40 anos, chega a uma altura que já não dá.

E temos que nos sentar aqui, pensar, seriamente, o que é que queremos para os Bombeiros de Nelas e para os Bombeiros de Canas de Senhorim. E perceber o porquê de não entrar nestes Corpos de Bombeiros veículos novos, veículos de combate a incêndios. Isso é que é importante, nós prepararmo-nos. E porquê é que as Juntas de Freguesia não têm um carro de primeira intervenção? Porque esse exemplo já se vê em muito sítio. E as Juntas de Freguesia podem ter um carro também de primeira intervenção, que dão, podem ter a certeza, uma grande ajuda.

Temos máquinas, as máquinas dão uma grande ajuda. Mas, se não tivermos veículos de primeira intervenção, podem ter a certeza que não dá nada. E se a desgraça não foi maior, podem ter a certeza que se deveu a termos bons Bombeiros em Nelas e em Canas de Senhorim. Porque, senão, só foi mato, floresta e alguns barracões.

Posso estar aqui, orgulhosamente e comando um Corpo de Bombeiros e não ardeu nenhuma casa no Concelho de Nelas graças aos Bombeiros.

Obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

-Concluído, então, o Período de Intervenções, gostaria de perguntar se alguém se manifesta contra o facto de se fazer um minuto de silêncio proposto pelo Senhor Deputado João Alfredo. Alguém se opõe?

Foi feito um minuto de silêncio.

(Palmas)

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Das intervenções anteriores há aqui três que solicitam esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara. Foram também apresentadas três Moções, com a do Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não, não. Da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Da Câmara Municipal, sim, da Senhora Deputada Vera Faria e do Senhor Deputado Pedro Pinto. E, portanto, três pedidos de esclarecimento. Estas três Moções, do Senhor Deputado João Alfredo Ferreira, da Senhora Deputada Vera Faria e do Senhor Deputado Pedro Pinto, são passíveis de aprovação. Certo? E da Autarquia, são passíveis de aprovação. Ou, alguém se manifesta contra? Então estão aprovadas.

E, passamos aos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, relativamente às intervenções.

Sim, os Votos foram aprovados.

O Senhor Presidente da Câmara:

Os três ficam registados. E a redação da Assembleia Municipal, se calhar, seria para ser geral.

A Senhora Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Então, aprovados estes quatro Votos de Louvor e Pesar, passamos, aos esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, relativamente às questões apresentadas pelos Senhores Deputados André Borges, João Paulo Guerra e Tiago Fonseca.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhora Presidente.

Pronto, a questão dos Votos de Louvor e dos Votos de Pesar apresentados, portanto, utiliza-se a metodologia que foi referenciada.

No que concerne aos assuntos, suponho que quatro que contabilizei, apresentados pelo Senhor Deputado André Borges, da Coligação PSD/CDS, dizer quatro apontamentos:

No que concerne à viagem a Fátima e isso de recorrer, ou não recorrer, aos Serviços Externos. Como o Senhor Deputado sabe, o Público-alvo da viagem é a População Sénior. Maioritariamente, Idosos. E, como o Senhor Deputado também sabe, infelizmente, a nossa frota não é, particularmente, com qualidade suficiente para o tipo de transporte que é feito.

Com isto, dizer o quê? Estamos a falar num transporte feito numa altura onde a maior parte dos autocarros, primeiro, não temos autocarros suficientes para dar resposta a tudo. É claro que podíamos fazer com um, ou dois autocarros, várias viagens, eventualmente? Sim, eventualmente. Mas a ideia também era não fazer isto dessa forma, mas ser para todos. Para ser para todos: Um, não tínhamos número de autocarros; Dois, independentemente de ter os autocarros, só um autocarro, ou dois, é que têm condições de algum conforto. Também estamos a falar disso e dos destinatários, em particular. Estamos a falar de Idosos. E não podia ir com um autocarro que não tivesse climatização para o efeito. Não seria responsável. Foi a ótica que foi utilizada.

Sobre a viagem até em si, não foi a pergunta, mas aproveito o ensejo, se o Senhor Deputado não se importar com isso, dizer o que é a conceção também. O Município organiza e bem, todos os anos, viagens para os Alunos, para os nossos Jovens, seja no Pré-Escolar, seja no Primeiro Ciclo, com os Alunos Finalistas. E, inclusivé, um repto que foi lançado aos Agrupamentos. Também fizemos isso. Fizemos, no ano passado, com os alunos do 12.º ano também.

E, portanto, em termos do que é os diversos segmentos da população, julgamos nós que o Público Sénior, os nossos Cidadãos Séniores também têm, naturalmente, que ter essa atenção em particular. E atenção em particular foi no anseio de muitos dos Idosos que nos fizeram, que nos solicitaram esta viagem a Fátima também. E o que ficou instituído é que todos os anos se faça uma viagem também com o Público Sénior, à semelhança do que fazemos com os nossos Alunos das Escolas.

Sobre o recorrer a Serviços Externos, ou não, tem a ver com isto. Da mesma forma que fazemos com as crianças. Nós, como também sabem, temos que contratualizar Serviços Externos para permitir que consigamos fazer o transporte escolar, uma vez que nós não temos meios, legalmente, estipulados que possam assegurar o transporte das nossas crianças.

Não o tendo e tentando adquirir viaturas e há um concurso a decorrer para a componente elétrica que quase nenhuma Câmara quer aderir pela simples razão que há Municípios que já manifestaram, que têm viaturas elétricas e depois há um problema grande quando há uma avaria, que é a assistência. Há Municípios que têm há meses os autocarros parados porque a assistência não é garantida. E, portanto, está toda a gente a voltar outra vez aos combustíveis fosseis, que não era, obviamente, a parte interessada.

A candidatura, por exemplo, a uma viatura elétrica é uma candidatura surreal porque o que é apoiado é a aquisição de uma viatura fóssil. O remanescente é a parte que é participado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, estamos a falar, globalmente, de um autocarro dos 300.000,00 euros a 350.000,00 euros e há muita gente a obstar a isso. Devia haver aqui até mais medidas para isso porque o transporte elétrico, além das questões ambientais, resolvia aqui até uma questão de custos, como é óbvio. Os custos são muito menores do que a parte do combustível.

Mas, para concluir, no que que é os transportes, está a ser feito um procedimento que visa a contratualização de um autocarro que dê resposta à obrigatoriedade que nós temos de assegurar o serviço das crianças, do que é o espírito da Lei, como nós aqui já falámos, é como está. Para ficarmos com uma ideia, é assim: Os autocarros, para nós, já têm uma idade que não permite fazer o transporte em termos legais. Mas, se entretanto, nós fizermos uma hasta pública e os vendermos a uma empresa priva, à Marques Barraqueiro, ou seja a que for a comprar, já pode. É este contra-senso que é, verdadeiramente, notável. Mas é o que é.

Agora, pronto, nós vamos ter que, naturalmente, agilizar e já está a ser feito de forma a ser assegurado esse transporte até haver oportunidade de se comprar um autocarro, que seja feito. Vão aparecendo oportunidades. Há muita procura. Há pouca oferta. E não é fácil. Os Serviços têm que funcionar e foi feito nesse sentido.

Sobre a questão da contratualização externa de Serviços de Limpeza, vamos ver: Nós não podemos dizer que há sol na eira e chuva no naval. Portanto, as limpezas é uma questão que é transversal, que encerra em si questões complexas que tem a ver com, eu sei que depois pode-se pegar nisto da forma que se quiser. Mas o chavão das alterações climáticas é o próximo alargão e pode ser utilizado, ou não, conforme, nós concordemos, ou não, com as coisas.

Mas o facto é que está, demasiadamente, evidente, que mudou, radicalmente. Nós vamos ter um outubro ainda com muito calor também. Se calhar, como disse o nosso Comandante, permita que o trata assim, também, Pedro Pinto, há pouco na sua intervenção. Nós podemos ter em outubro, eu julgo, infelizmente, espero eu não ser, de forma alguma, um portador de algum pronuncio menos positivo. Mas, ainda não passou os períodos críticos de incêndios.

Muito, provavelmente, se tivermos um outubro parecido ao do ano passado. Como vocês sabem, outubro do ano passado, foi mais quente que o agosto. Portanto, em 2017, foi em outubro que ocorrem as tragédias que houve. E, não minorando, para mim, 2017, foi a maior tragédia que nós tivemos. A de 2024 é outra tragédia, igualmente, a seguir. E, apesar de tudo, a do ano passado, foi numa Freguesia, mas teve, na mesma, uma amplitude imensa. Não só na Freguesia, mas no Concelho. Uma área também ardida enorme.

E havia a necessidade de reforçar isso. Não é só com os Serviços Externos. Não há, por vezes, capacidade total. Anteriormente, muitas vezes, era contratualizado as limpezas gerais para fazer também no território porque não havia resposta para tudo e não há. Neste caso concreto das limpezas foi fazer um reforço para que as limpezas estivessem uma maior efetividade, embora e até reconheço isso, não tenho problema nenhum, não esteja tudo como deveria estar. Mas foi para reforçar nesse sentido. Nos Serviços Externos, há gente? Há. Não há é gente para tudo? Não, não há.

Agora, indo para os concursos, que eu acho que era depois também uma interligada, com outra. Nós fizemos concursos agora para Serviços Internos e para Serviços Externos. Os Serviços Externos foram, particularmente, também para Funcionários nossos, que tinham Contratos a Termo Certo, que era preciso regularizar a situação, Funcionários, comprovadamente, com qualidades, com atributos, com dedicação. E iam reforçar Setores que, ainda mesmo assim, continuam deficitários, seja na questão de termos ainda em atraso as requisições que há para fazer ramais. Às vezes, até coisas simples.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, com os pedidos tanto que há, nem sempre é fácil responder a tudo. E é uma forma também de darmos uma resposta mais rápida. Não será uma situação perene. Mas é uma situação para resolver momentos pontuais.

Sobre os Concursos dos Serviços Externos, sim, nós temos Colaboradores dos Serviços Externos. Temos cada vez mais uma população, naturalmente, com uns anos, é como nós. Também tenho saudades dos meus 40 anos. Estou a caminhar para os 60 anos. Isso, faz parte. E é natural que as pessoas, até pelo tipo de serviço que seja feito, têm um desgaste maior, físico, também. E, portanto, tenham algumas condicionantes. E há, depois, Relatórios Médicos com muitas condicionantes. E não é tão fácil. Mas a resposta tem que ser dada.

Portanto, a Contratação de Serviços Externos, neste momento, é mais capital, ou mais imperiosa no Município de que, eventualmente, o da Contratualização. Mas não quer dizer que não haja um, ou outro Setor, onde, se calhar, o Município também, eventualmente, tem que contratualizar em um, ou dois pontos. Eu vou-lhe adiantar no Mapa de Pessoal: Nós temos Professores, há anos, a colaborar com o Município que não têm Quadro. E, se calhar, não podemos pôr todos porque tem que haver aqui o Equilíbrio Orçamental do que é a parte, quer a Gestão, quer o Equilíbrio. Mas, há sinais que têm que ser dados. É uma questão também de justiça, por um lado. E, eventualmente, uma, ou outra opção.

Vou-lhe dar um caso concreto: O Executivo faz intuito, ou tem essa intenção, de abrir um Quadro para um Terapeuta da Fala. Vocês perguntam: Então, mas, eu acho que se percebe o objetivo, mas pode um Cidadão comum perguntar: Mas um Terapeuta da Fala para uma Câmara, para fazer, ao certo, o quê?

Vou-vos dar uma resposta concreta: As nossas Comunidades Escolares estão, já sempre tiveram, o Senhor Professor Borges está aí e há outras pessoas aqui que também são Professores. A nossa Comunidade Educativa precisa, urgentemente, de ter um Terapeuta da Fala a tempo inteiro. E, se calhar, um não chega. Quer na deteção precoce de coisas tão simples como isto: A Terapia da Fala funciona bem se houver a deteção precoce, que é feita no Pré-Escolar, que é o que nós estamos a fazer com a Equipa Multidisciplinar da Promoção do Sucesso Educativo e fazer a correção da Afasia, ainda durante o Pré-Escolar e no início do Primeiro Ciclo.

E é um trabalho notabilíssimo. É daquelas coisas que não visíveis. Mas que têm uma notoriedade, uma notoriedade, um retorno muito bom e muito positivo. E, se calhar, pensamos: Mas, vamos a um Terapeuta da Fala? Aqui, sim. Nós, neste momento, para ficarem com uma ideia na Promoção do Sucesso Educativo, nós lançámos os concursos, não apareceu ninguém. Nem a nós, nem nos outros Municípios. Portanto, tivemos de recorrer a uma empresa que faz isso. Neste momento, um Terapeuta da Fala são 2.800,00 euros por mês.

Portanto, das duas, uma: Nós tínhamos duas Equipas da Promoção do Sucesso Educativo. No novo Quadro, diminuíram o financiamento para menos de metade naquele item. O que quer dizer que, em vez de duas Equipas, vamos manter uma. E, mesmo assim, vai ter que haver esforço do Orçamento Municipal. Já havia, anteriormente, mas neste é maior. Mas o Terapeuta da Fala é fundamental. Vamos, depois, aí falar dos Agrupamentos no nosso ponto de vista e no dos Agrupamentos.

Nós temos, infelizmente, também não só na Terapia da Fala. Temos Espetro do Autismo. Temos diversos casos associados a outras problemáticas associadas. E, portanto, este Profissional seria para fazer o apoio, não só na parte Educativa, mas numa parte transversal, até ao Serviço Social, na sua plenitude, da População Sénior. Estamos a falar, por exemplo, como sabem, tanto a parte física, na Fisioterapia, como a parte mental e a Reparação Cognitiva e de Linguagem, é feita muito através da Terapia da Fala.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Estamos a falar, por exemplo, dos nossos Sêniores que não têm uma resposta no SNS quando, eventualmente, têm um episódio vascular, ou quando, eventualmente, têm um tombo que tenha implicações de grande relevância. E, portanto, sim, achamos que isso faz sentido. Eu alonguei-me aqui, mas só para dar a ideia do que também é feito em termos de contratação.

Sobre a questão do Facebook, o Senhor Muncipe e Deputado, acho que também nesta qualidade, eu, em nome da Autarquia, em nome da Câmara Municipal de Nelas quero-lhe pedir desculpa. Não, não, não. Espere. Eu sei o que estou a dizer. Deixe-me terminar. Quero-lhe pedir desculpa por ser portador da informação, a si, eu ía completar a frase, a si e a quem foi visado no comentário.

Como compreende, não faz sentido, na minha ótica, referenciar, ou não, quem foi. Naturalmente, sei quem é que tem acesso ao Facebook. O que eu sei e isso, eu faço sempre isso, que é o que eu acho que faz sentido: Independentemente, das coisas, o Presidente da Câmara é sempre responsável, sempre responsável, independentemente, das coisas. Portanto, assumo a minha responsabilidade enquanto Presidente da Câmara.

A si, a desculpa, enquanto expositor, ou apresentador do comentário, naturalmente, ao Muncipe, a desculpa do Presidente da Câmara que assume a responsabilidade e pede desculpa e lamenta e, obviamente que não se voltará a repetir. Mas, não se devia ter acontecido, sequer. Há coisas que não se pedem desculpa, evitam-se. E esta é uma delas. Admito isso. Mas está feito. O erro está feito. E é assumido pelo Presidente da Câmara porque não pode ser de outra maneira.

Eu assumo-o e peço, naturalmente, desculpa, com o compromisso de não se voltar a repetir. Se se voltar a repetir, obviamente, esperamos que não, mas, naturalmente, que a responsabilidade é sempre do Presidente da Câmara. É esta a ideia que eu tenho, obviamente, sejam os Colaboradores que sejam. Já o fiz aqui com outras questões. Se os Serviços Externos, se qualquer Setor, aquele que seja, Educação, Cultura, Saúde, o que é quer que seja, que o cometer o erro, isso é uma questão interna para resolver.

Publicamente, externamente, a culpa é sempre do Presidente da Câmara. Portanto, é minha. Eu assumo-a. Peço desculpa. Não posso fazer de outra maneira. E, portanto, peço desculpa, que é regularizado e peço desculpa no sentido de o reportar isso porque também apresentou aqui o assunto. É nessa aceção, Senhor Deputado.

No que concerne ao que disse o Senhor Deputado João Paulo, você corre muito. É difícil acompanhá-lo. Dizer que foi um privilégio também de toda a gente, que está muita gente. Vi muitos Senhores Presidentes de Junta. Vi Senhores Vereadores. Vi Senhores Presidentes de Junta. Eu acho que não quantifico. Eu acho que nós não estamos aqui a medir ao miómetro quem é que fez mais, quem é que apoiou mais. Quem fez mais foram os Bombeiros, que tinham que o fazer e fizeram-no, exceccionalmente, bem e os Agentes da Proteção Civil e a GNR e o ICNF. Toda a gente esteve, exceccionalmente, bem. E eu acho que a Comunidade também esteve, exceccionalmente, bem.

O Senhor é Deputado, esteve lá a defender o seu Património. Mas esteve a defender o dos outros, que eu também vi. E andámos lá com a máquina. E, de repente, apareçam lá muitos mecânicos. Ó pá, temos que pensar e contratar para os Serviços Externos, para resolvermos o problema. De repente, estávamos nós com a máquina ali no meio, com o fogo a avançar em direção à máquina. Há um pequeno pormenor, que o depósito estava quase cheio. É um pequeno pormenor e de repente apareceram, para aí, 20, ou 30 pessoas a esgaçar ramos das oliveiras, à antiga, a circunscrever o incêndio.

E, depois, o Mecânico, não sei, se me disser o nome, houve lá um Mecânico, pronto, fica o Rui. Sabe o nome dele? Rui Pais. Nós estávamos ali, não conseguíamos resolver isso e ele, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

repente, parecia um Mecânico da Ferrari e resolveu aquilo e conseguimos sair de lá. Foi notabilíssimo. Vocês estão, atenção porque não se podia abandonar, pois que remédio, em última instância. Mas, eventualmente, se o incêndio lá chegasse, pronto, adiante.

Mas isto, para dizer que, de repente, era uma corrida para trás e para a frente. E vi toda a gente. Vi também o Senhor Presidente com a mangueira na mão e com os ramos a andar lá no meio da floresta e, de repente, as chamas, ele mete-se lá para dentro e nós perdemo-lo de vista também. E nós a dizermos: Querem ver que perdemos o Costa. E andámos lá. Também fomos buscar aquele Senhor que não queria sair lá de uma Herdade. Tivemos que trazer o motor e a mangueira.

Isto, para dizer que aplica-se a isso e aplica-se a toda a gente que está aqui. Tenho a certeza que toda a gente que está aqui, os que fazem parte, nem só os Políticos, os que fazem parte das estruturas políticas, Câmara, Assembleia, Juntas, toda a gente ajudou de diversas maneiras possíveis e imaginárias. Há várias formas de ajudar. É estar lá e dar apoio logístico. Há tanta forma.

Esqueci-me há pouco de dizer, por exemplo, que uma Associação do Concelho, a Associação Recreativa e Cultural do Paço, ofereceu-se, desde a primeira hora, para servir as refeições. Assim, do nada. Estamos a falar que servia 400 refeições quase. Imagine a logística que uma Associação que se predispôs, voluntariamente, para fazer isto. Está aqui nos Agradecimentos e há pouco não falei disto, mas a veio à conversa, para perceber o que disse o Senhor Deputado Pedro Pinto.

A solidariedade foi tão grande de tanta gente e de tanta e de toda a gente que toda a gente contribuiu. De repente e nós dissemos assim: Sim. Até dá jeito. Impecável. Não falhou nada. Pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar, reforços, a tempo e horas e com uma qualidade fantástica.

Nós visitámos o Teatro das Operações deste apoio logístico. Era a sede com mesas, com cozinheiras, gente que apareceu de todo o lado, pessoas a levarem lá bens alimentícios, gente a cozinhar, gente a transportar, a distribuir. Fantástico. E essa é que a parte por onde eu acho que a Comunidade esteve muitíssimo bem. E, nesse sentido acho que também tem que ser feito.

Sobre os apoios, tanto da água da rede pública, como outros que haja, naturalmente que são atendíveis. E serão atendíveis. Da rede pública, houve um apoio em 2017, também da rede pública. E bem. E, mesmo na última reunião de Vereação, o Senhor Vereador Fernando Silvério também sugeriu este apoio na questão da água. E, naturalmente, será concedida. Há coisas que são feitas, têm que ter uma parte de enquadramento. Para ficarmos com uma ideia, em 2017 avançámos com isto. O fogo foi no dia 17, curiosamente, também. Não foi? Desculpem lá, eu ter, 16, 16. Obrigado. E a medida foi implementada no final de novembro. O que é normal porque tem que haver enquadramento.

O que é importante é implementar a medida. A medida da água, o impacto que tem é depois na isenção do período. O que tem que ser equacionável é: Se nós implementamos uma medida, ou pela parte social, ou a parte universal, ou a parte sectorial, ou não. No meu entendimento e do Executivo, o que devia ser feito era em todos os consumos que são, manifestamente, para lá do que está parametrizado, sim, independentemente da localização. É o entendimento.

Esse reporte é feito, naturalmente e vai haver na faturação da água um consumo excessivo em vários Municípios, sejam eles quais forem, nas Carvalhas, em Vila Ruiva, na Lapa do Lobo, no Folhadal, nas Caldas da Felgueira e por aí adiante. E, portanto, estamos a falar, naturalmente, das Freguesias que foram afetadas com os incêndios, como é natural. E todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Municípios que tenham uma faturação, homologa, superior, eu acho que têm que ser ressarcidos, para mim, claro.

Ou até a possibilidade de, eventualmente, com um enquadramento, porque isto das Taxas e Licenças têm que ter um enquadramento, de, eventualmente, em algumas situações, essa faturação ser na sua totalidade, não só o consumo excedentário mas como sinal do apoio que houve. Porque houve muita gente que não defendeu só o seu Património. Gastou água a defender os Patrimónios dos Vizinhos, inclusivé, nas cisternas dos tratores, eu também assisti, vocês também, a porém água da Companhia deles nos tratores que lá havia quando deixavam de ter água para ser mais rápido. E, portanto, obviamente, que não pode haver outra forma se não apoiar estes nossos Municípios, nesta e noutras medidas, sejam elas, quais forem. E os contributos são todos válidos.

E, portanto, os Senhores Deputados, sintam-se confortáveis. Os Senhores Vereadores sintam-se confortáveis, como nós dissemos. Os Senhores Presidentes de Junta. A Comunidade é geral. Para outros tipos de contributos, nós já implementámos muitos. Haverá, se calhar, outros para fazer do que é uma Rede Primária, digamos assim, de apoio. E, naturalmente, haverá outra Rede que tem a ver com as medidas feitas pelo Governo.

Medidas para o Ordenamento do Território, se o Senhor Deputado não se importar, deixava para o ponto 2.7, até porque falamos disso. E, depois, exporei o assunto.

Sobre os Contentores do Estabelecimento, já desde a altura, que já expliquei, inclusivé ao Proprietário do edifício de Restauração, os trâmites é: O pedido já foi feito ao Planalto Beirão porque quem faz a colocação dos Contentores é o Planalto Beirão. Já foi feito logo, de imediato. Temos reforçado junto ao Planalto Beirão. Tem havido um atraso até, às vezes, até em recolhas, como podem ter assistido, independentemente, das taxas terem aumentado também bastante significativamente. Mas o pedido foi feito a tempo e horas. Estamos a insistir. E, portanto, não é a Autarquia que tem que fazer, nem provisoriamente, porque é uma coisa que funciona como tem que funcionar.

Mas estamos a insistir com isso e esperemos, o mais breve possível. Senhor Deputado, gostava de lhe dizer que é segunda-feira, ou terça-feira. Mas é uma coisa que não depende de nós. Mas dar o esclarecimento que foi feito o pedido a tempo e a horas. Não foi feito isso e nós temos tido o acompanhamento. E estamos a reiterar junto ao Planalto Beirão, com a brevidade que se impõe, que seja feito, até porque é Restauração e convém ter esse apoio.

Senhor Deputado Tiago Fonseca, da Coligação PSD/CDS, das visitas ao território. Nós tivemos, como eu tinha dito logo no início, na semana passada, julgo que na terça-feira, a visita do Senhor Ministro da Coesão Territorial, Castro de Almeida, que veio falar das políticas como o Governo pretendia implementar para ajudar a apoiar as populações e os territórios. Estiveram presentes os Senhores Presidentes de Câmara de todos os Municípios que tiveram episódios de incêndio, no âmbito da CIM Viseu Dão Lafões, porque foi esse o enquadramento.

Na quarta-feira passada tivemos a visita do Senhor Ministro da Agricultura, que fez um périplo também pelo território. E onde também aproveitámos para falar das linhas de apoio, das linhas de financiamento, das medidas que estavam a ser implementadas pelo Município. Mas também aquela parte particular de quem, eventualmente, não tenha mecanismos, como eu falei há pouco, para não ser redundante, quem perdeu as lenhas, o feijão, as batatas, coisas importantes do que é a economia familiar, ser prestada uma atenção em particular porque nós não nos podemos escusar a dizer que não têm mecanismos. Temos que arranjar nós, forma de fazer isso.

E, eventualmente, será esta forma de haver aquela abertura de fazer o registo do dano e depois, simultaneamente, fazer-se o registo para oficializar e permitir que seja depois a constituir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

esse apoio. Há também a orientação de uma verba num apoio até 6.000,00 euros, que também ouviram e que também têm conhecimento no que é o que concerne a esta economia mais familiar e mais direta.

Sobre a visita do Senhor Dr. Pedro Nuno Santos ao território não tivemos nenhuma missiva de que se o poderíamos receber. O que eu posso dizer, naturalmente, é, seja o Senhor Dr. Pedro Nuno Santos, seja um Governante qualquer, ou um Líder partidário, ou os Senhores Deputados que queiram visitar o território, são sempre bem-recebidos.

Naturalmente, toda a gente que venha ao território e que queira, de alguma forma, contribuir para o apoio às populações, para até se inteirar e perceber da dimensão do que aconteceu e também apoiar, de alguma forma, apoio pessoal, apoio institucional, apoio humano e contribuir para o apoio financeiro, é sempre bem-vindo, seja quem vier. Obviamente que não faço agendas. Faço a minha e, às vezes, não é fácil, Portanto, não faço agendas de ninguém. E, portanto, não, nós não fomos contactos para o efeito. E o Município de Nelas não foi visitado pelo Senhor Dr. Pedro Nuno Santos.

No que concerne ao Senhor Deputado Pedro Pinto, subscrevo na íntegra o que disse, tudo. E fora aquilo que você tinha vontade de dizer que também não o disse, porque havia muito mais para falar e muito mais para fazer. E, há muito para fazer, de facto. Já há muita coisa que, como disse e bem, que está feita. Mas, se calhar, ainda há muito mais para fazer do que foi feito.

Na reunião de ontem que fizemos, da Proteção Civil, há aqui, houve sugestões excelentes, inclusivé, também do Senhor Deputado Pedro Pinto, de criar, nos Teatros de Operações, dois pontos que permitam um apoio direto aos Bombeiros. Apostarmos mais em mais linhas de água Temos um Centro de Comando Operacional. Um conjunto de melhorias que podem ser feitas.

Mas, de facto, tocou também aqui com o dedo na ferida e aplica-se também quase a todas as Autarquias, com a frota automóvel, que é, de facto, os carros que têm. Mesmo as viaturas que foram compradas, recentemente, tanto por uma, como por outra Corporação, não são viaturas novas. Também não há capital financeiro. E vivemos muito de mecenas, também. E é bom dizê-lo também. Gente boa, com coração bom, que vai ofertando donativos aos Bombeiros, que permitem indo também ter alguma capacidade de resposta.

Agora, a pergunta que fica é: Então e quando os Bombeiros não tiverem viaturas para dar resposta e os fogos não forem controlados, a culpa é de quem? É dos Bombeiros? Ou é de quem não dá condições aos Bombeiros para dar essa resposta? Uma das medidas que foi dita ao Senhor Ministro da Coesão foi, precisamente, essa. Nós temos, no que é o que possa ser feito, até em termos de Fundos, equacionar.

É claro que ainda há muita questão sobre qual é o papel dos Bombeiros, os Bombeiros, as Federações, a Liga. Mas é bom entenderem-se, rapidamente e pensar-se nos meios. Eu lembro, por exemplo, que tanto os Bombeiros de Nelas, como os de Canas de Senhorim e até o Senhor Sub-Comandante Regional, andam há muito tempo a pedir um Equipamento para combate aos fogos industriais, que ninguém tem.

Suponhamos que existe um incêndio numa empresa. Nenhum dos nossos Corpos de Bombeiros, nem da Região, está equipado com um Equipamento para fazer face. E nós temos empresas na Região, não só no Concelho de Nelas, com uma dimensão muito significativa e depois arriscamo-nos a ter Homens e não termos meios para fazer um combate eficaz.

As Autarquias, por mais que queiram ajudar, ajudam para renovar o PAIPE, que não há disponibilidade financeira para isso. Mas há formas para pensar isto a nível nacional, espero eu, fazendo, fé não, porque não vou meter a questão no campo religioso. Mas, acredito no que o Senhor Ministro da Coesão transmitiu aos Senhores Presidentes de Câmara na reunião ocorrida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

em Mangualde, que este fator seria um fator a ter em conta no que seria o reequipamento dos próprios Corpos Voluntários dos Bombeiros.

Vamos fazer, vamos estar convictos, para não dizer outra vez fé, vamos estar convictos de que se passe das palavras aos atos.

Posto isto, obrigado pela vossa atenção.

A Senhora Presidente da Assembleia

- Obrigado Senhor Presidente.

Por forma a dar aqui um bocadinho de descanso proponho um intervalo de cinco minutos.

Assim, foi feito um intervalo de cerca de cinco minutos.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Ora, então, Senhores Deputados vamos retomar os trabalhos:

Não havendo outros assuntos diversos dos da Ordem do Dia de interesse para o Município, passamos ao ponto seguinte, ao Período da Ordem do Dia, nomeadamente, com o ponto 2.1, que é a Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhores Membros da Assembleia

Ex.mos Senhores Vereadores

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de agosto de 2024, bem como a sua situação financeira.

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento são as seguintes:

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Manutenção de diversos caminhos florestais e agrícolas;

Continuação da consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;

Prolongamento de ramais de água e saneamento;

Requalificação da Rede Viária;

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;

Construção do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar - CAVES”

Requalificação dos Parques Infantis Carvalhas, Senhorim

Requalificação da Av. João XXIII, em Nelas

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No referido período a Loja de Cidadão de Nelas realizou 6.110 atendimentos, tendo-se verificado que os postos de Atendimento do Município de Nelas / Espaço do Cidadão foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

responsáveis por 40% do total destes, seguidos do ISS e das Finanças com 38% e 41%, respetivamente.

Foram registados / gerados no front office (Espaço de Cidadão / Câmara Municipal) do Município 1.800 documentos (requerimentos e ordens de serviço) do âmbito dos serviços do município.

Não se verificaram reclamações no livro de reclamações.

Durante o período em consideração foram efetuados 120 pedidos através da plataforma dos serviços online.

Foi reforçada a lista de serviços disponíveis nos Espaços de Cidadão com os seguintes

AMA – Pedir a certidão de deferimento tácito

ASAE – Realização de saldos – comunicação de alteração

ASAE – Comunicar que se vai realizar uma liquidação

ASAE – Realização de liquidações – comunicação de alteração

ASAE – Venda Especial Esporádica – comunicação

RJACSR – Ocupação de espaço público – instalação de equipamento

DGAE – Exercer a atividade de feirante ou vendedor/a ambulante

DGAE – Feirante ou vendedor ambulante – alteração da atividade

DGAE – Feirante ou vendedor ambulante – cessação da atividade

e de Nelas”, foram operacionalizados nos canais de atendimento Municipal.

SERVIÇO DE DESPORTO

Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC - Deu-se continuidade às disciplinas de Atividade Física e Desportiva inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular direcionadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, Atividade Física e Desportiva no Pavilhão Desportivo Municipal e nos recursos espaciais do Centro Escolar, até ao final do ano letivo.

Atividades Desportivas da Universidade Sénior - Continuação da dinamização das atividades desportivas da US, assegurando no total 6 aulas semanais até ao encerramento do ano letivo.

Projeto “A Hora dos Super Quinas” - Continuação da dinamização do Projeto nas aulas das Atividades Extracurriculares - AFD do 1.º Ciclo do Ensino Básico, com o objetivo de promover nas crianças a aquisição de estilos de vida ativos e a melhoria da literacia motora através da participação em atividades físicas e desportivas que lhes proporcionem experiências e brincadeiras significativas, positivas, prazerosas e muito divertidas, através da construção de sessões que foram marcantes e inesquecíveis para as crianças.

INSTALAÇÕES

Agrupamento de Escolas de Nelas

No âmbito do protocolo de cedência entre o Agrupamento de Escolas de Nelas e o Município para o ano 2023/2024. Nesse âmbito, foi proporcionado à escola, um horário, na Piscina Municipal Coberta e no pavilhão Desportivo, para desenvolver atividades relacionadas o Desporto Escolar.

Pavilhão Desportivo Municipal

Toda a atividade do Pavilhão Desportivo Municipal manteve-se sem quaisquer alterações, continuando a ceder as instalações para diversas atividades, nomeadamente: Ao clube ABC de Nelas para treinos e jogos de competição em vários escalões nas modalidades de Andebol e Futsal; Ao Agrupamento de Escolas de Nelas para desenvolvimento das aulas de Educação Física e para todas as dinâmicas relacionadas com o Desporto Escolar; Ao Serviço Educativo do Município SEC, para desenvolvimento das atividades extracurriculares de Atividade Física e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Desportiva dos agrupamentos de escolas de Nelas e Canas de Senhorim e projeto Férias em ação. Ao clube Sport Lisboa e Nelas para o torneio infantil Nelas Cup.

Estádio Municipal de Nelas

No âmbito de toda a atividade competitiva e de formação, desenvolvida pelos clubes que utilizam a instalação do estádio Municipal de Nelas, tivemos:

Cedência das instalações ao clube Sport Lisboa e Nelas para treinos e jogos nos escalões de petizes e traquinas, Seniores e torneio infantil Nelas Cup.

Cedência das instalações para treinos e jogos do calendário de jogos particulares do SCN e Veteranos.

ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS

Cumprimento do plano de aulas do projeto “Música Maestro” - ano letivo 2023-2024;

Cumprimento do plano de aulas na AMAN - Academia Municipal de Artes de Nelas - ano letivo 2023-2024;

Cumprimento do plano de aulas nas AEC - ano letivo 2023-2024;

Ensaios e preparação dos alunos para a audição de dia 11-07-24

Realização da audição

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Incentivo à Natalidade – No período considerado, o apoio de Incentivo à Natalidade foi requerido e deferido aos munícipes que o requereram por reunirem as condições previstas no Regulamento em vigor

Loja Solidária de Nelas – De registar que foram realizadas 15 deslocações à Loja Solidária a fim de serem doados bens (vestuário, calçado, mobília, etc.).

Atendimento de Apoio Psicossocial - O Atendimento de Apoio Psicossocial, espaço disponibilizado à comunidade do concelho de Nelas, com o objetivo de dar apoio às preocupações e desafios das pessoas, que apresentam maior dificuldade na adaptação à mudança, desencadeando uma maior pressão de sintomas de ansiedade, agravamento da doença, entre outros, realizou 46 atendimentos, dos quais 18 foram realizados no âmbito da Ação Social e 28 no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Rede Social

Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

O número de Atendimentos do CLAIM de Nelas neste período foi de 30 pessoas.

Os Serviços de Intervenção Social, para além dos projetos sociais mencionados, desenvolve um trabalho diário e contínuo de diversos atendimentos presenciais e telefónicos assim como resposta a e-mails, de caráter social. Os atendimentos do SIS dividem-se pelos projetos/respostas em vigor no Município tais como Loja Solidária, Incentivo à Natalidade, Cartão Sénior Municipal, Habitação Social, Estratégia Local de Habitação, o Programa Porta de Entrada, Tarifários de Água: social e familiar, Projeto dos Cuidadores Informais, Projeto eGuard, Alto Comissariado para as Migrações – apoio e acompanhamento às famílias provenientes da Ucrânia, Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes - CLAIM e o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e também, por outros atendimentos de caráter de Ação Social que dizem respeito ao acompanhamento sistemático e encaminhamento dos indivíduos e/ou famílias para outros Serviços como CPCJ, Hospital, Serviços de Saúde Pública, Segurança Social, Tribunal Judicial – Ministério Público, IPSS, entre outros.

Os Serviços de Intervenção Social, para além dos projetos sociais mencionados, desenvolve um trabalho diário e contínuo de diversos atendimentos presenciais e telefónicos assim como resposta a emails, de caráter social.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Os atendimentos do SIS dividem-se pelos projetos/respostas em vigor no Município tais como Loja Solidária, Incentivo à Natalidade, Cartão Sénior Municipal, Habitação Social, Estratégia Local de Habitação, o Programa Porta de Entrada, Tarifários de Água: social e familiar, Projeto dos Cuidadores Informais, Projeto eGuard, Alto Comissariado para as Migrações – apoio e acompanhamento às famílias provenientes da Ucrânia, Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes - CLAIM e o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e também, por outros atendimentos de caráter de Ação Social que dizem respeito ao acompanhamento sistemático e encaminhamento dos indivíduos e/ou famílias para outros Serviços como CPCJ, Hospital, Serviços de Saúde Pública, Segurança Social, Tribunal Judicial – Ministério Público, IPSS, entre outros.

Os serviços de ação social encontram-se também no terreno a dar apoio a todas as pessoas vítimas dos incêndios de 16 e 17 de setembro que devastaram as aldeias de Senhorim, Vale de Madeiros (CS), Caldas da Felgueira e Lapa do Lobo.

Transferência de Competências em matéria de Ação Social

Decorrente da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social, o Município de Nelas passou a assumir o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e o Atendimento e Acompanhamento das Famílias beneficiárias da prestação de Rendimento Social de Inserção (RSI), coordenando todo o trabalho inerente.

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE NELAS

Foram realizadas várias ações no âmbito da saúde e segurança. Decorreram com normalidade todas as aulas elencadas na planificação anual, onde os alunos realizaram todos os trabalhos para os quais foram solicitados.

Foi comemorado o dia dos avós.

RECURSOS HUMANOS E SAÚDE

- Celebração de contrato de prestação de serviços com nadadores salvadores
- Renovação de 3 contratos de prestação de serviços nos serviços externos
- Realização de 3 contratos de emprego-inserção para as escolas

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube (só para os vídeos) da Biblioteca com os seguintes conteúdos – “Oficina do Óscar: Este Sábado há contos” (atividades para famílias), “Sabias que...curiosidades”, “O Sabichão” (conteúdos pedagógicos de apoio à aprendizagem), “Audiolivros”, “Poesia e leituras”, sugestões de leitura, novidades da biblioteca, destaque de autores, “leituras com humor”, no total de 64 publicações, neste período.

Serviço de referência on-line: alguém que necessite de informação específica sobre determinado assunto, procedemos à pesquisa

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. A Câmara Municipal de Nelas, por intermédio da Biblioteca Municipal disponibiliza, a partir do mês de novembro de 2023, um serviço inovador "Livros que vão até ao seu local de trabalho.

PressReader (novo serviço): protocolo entre os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, que permitiu aos utentes inscritos na Biblioteca Municipal o acesso gratuito a mais de 7000 jornais e revistas de todo o mundo, em formato digital, a funcionar desde 23 de outubro. Já foram consultados pelos utilizadores da Biblioteca Municipal 7350 artigos.

Biblioteca itinerante nos estabelecimentos de ensino

1.º Circuito ano letivo 2023/2024 - Total de empréstimos: 844 empréstimos de livros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- EB1 Lapa do Lobo, EB1+JI Vale de Madeiros e JI Canas de Senhorim
- EB1 + JI Aguieira e EB1+JI Vilar Seco
- EB1 Santar, JI Santar e JI Senhorim
- LEITURAS 100 IDADE

US FORA DE PORTAS: empréstimo de livros aos alunos da Universidade Sénior, tertúlias sobre livros e leituras, jogos e outras atividades criativas.

HISTÓRIAS DE VIDA, VIDA COM HISTÓRIAS projeto de parceria com a Universidade Sénior de Nelas: que possibilita aos seniores a partilha dos seus gostos literários, numa animada conversa tendo como ponto de partida os livros. Com esta atividade pretende-se melhorar a aprendizagem, a capacidade interpretativa e estimular o bom funcionamento da memória dos participantes.

SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Início da elaboração do plano de transportes 2024/2025;

Projeto das “Férias em Ação” | verão 2024;

Projeto “Até já Escola” | verão 2024;

Realização da 1.ª Audição do Projeto “Música Maestro”;

Encomenda/ distribuição do leite escolar;

Viagem de Finalistas 2024

Comemoração do Dia Mundial da Criança;

Preparação do caderno de encargos relativo ao fornecimento das refeições escolares para o ano letivo 2024/2025;

Candidatura no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo;

INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO:

N.º PROCESSO	AUTOR DA AÇÃO	FASE PROCESSUAL
424/17.4BEVIS	Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda.	O Município deduziu contestação
175/19.5BEVIS	João Manuel Lopes Pereira	O Município deduziu contestação
24/20.1BEVIS	Vitor Manuel Dias da Silva, Lda.	O Município deduziu contestação
67/20.5BEVIS	Irmãos Almeida Cabral, Lda.	O Município deduziu contestação
70/20.5BEVIS	Irmãos Almeida Cabra II - Ambiente, Lda.	O Município deduziu contestação
192/20.2BEVIS	Meo - Serviços Comunicações e Multimédia, S.A.	O Município deduziu contestação
42/21.2T8NLS	Município de Nelas	O réu apresentou contestação
80/21.5BEVIS	Paulo Costa	O Município deduziu contestação
154/21.2T8NLS	Comissão Nacional de Proteção de Dados	O Município deduziu recurso de impugnação da decisão administrativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2357/21.0T8VIS-A	Município de Nelas	O processo foi suspenso face ao despacho de admissão do Processo de Revitalização 5185/21.0T8VIS
456/21.8BEVIS	Eurest (Portugal) - Sociedade de Restaurantes, Lda.	O Município deduziu contestação
141/21.0T8NLS	Herança Ilíquida e Indivisa de Manuel do Nascimento	O Município pronunciou-se no sentido de não exercer o direito de preferência
148/22.0T8NLS	Generali Seguros, S.A.	O Município deduziu contestação
INJUNÇÃO Nº 84950/23.4YIPRT	Certificoimbra, Lda	O Município deduziu contestação
520/23.9BEVIS	Certificoimbra, Lda	O Município deduziu contestação

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

- Dívida de médio e longo prazo: 7.456.985,08 €
- Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 619.611,09 €
- Divida orçamental de faturas em conferência: 855.875,67 €
- Financiamentos contratualizados por utilizar: 2.991.789,78 €
- Provisões/Responsabilidades contingentes: 1.010.090,65 €
- Responsabilidades Contingentes 2021: 1.297.779,00 €

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhora Presidente.

Remeto, naturalmente, para o documento que foi enviado. E, naturalmente, se, obviamente, houver alguma questão que queiram colocar, disponham.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Ora, então, uma vez que o Senhor Presidente remete para o documento, alguém pretende algum esclarecimento? O Senhor Professor António Borges. Mais alguém? Mais ninguém. Tem a palavra.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Senhora Presidente da Assembleia.

Ex.m.^a. Mesa.

Senhor Presidente da Câmara.

Ex.m.^os Senhores Vereadores.

Senhores Deputados Municipais.

Ex.m.^o Público.

Muito boa tarde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Eu venho aqui só com duas, ou três situações. Uma delas é o espaço temporal. Portanto, o espaço temporal desta Informação é desde a última Informação, da última Assembleia, até 31 de agosto. Tudo certo. É o que diz a Lei.

Só que depois há Serviços que fazem tábua rasa deste espaço temporal. Alguns fazem Relatórios, põem para aqui Relatórios de coisas que foram fazendo ao longo do ano sem terem atenção. Não é preciso muito. Eu vejo aqui só duas, ou três coisas.

Por exemplo: Estádio Municipal de Nelas. Vem aqui: Torneio Infantil Nelas Cup. Isto foi em março, ou abril. Foi na Páscoa, nas Férias da Páscoa. Não dá.

Por exemplo: Na Modernização Administrativa também tem para aqui valores que eu tenho muitas dúvidas que sejam só deste Período, 6.110 atendimentos são muitos. Mas não tenho bases para lhe dizer o contrário. Mas a Nelas CUP é clara.

E, depois, há outros Serviços que, para encher folha, ultrapassam o prazo. Por exemplo: Nós, se formos aqui ver a Rede Social, faz aqui mais do que uma folha com informações diversas. Não sei se foram deste período, se não foram. Não interessa.

Mas, depois, chegam aqui, faltava uma linhazita, puseram: Os Serviços de Ação Social encontram-se também no terreno a dar apoio a todas as pessoas vítimas dos incêndios de 16 e 17 de setembro. Então, não vêm que isto já terminou a 31 de agosto?

Portanto, os Serviços, acho que têm que ter um bocadinho mais de cuidado quando dão as informações para esta Informação, que é para o Senhor Presidente da Câmara, que eu sei como é que ele as faz. Cada um tem que dar e depois é o Senhor Presidente que dá a cara, mas não é ele que tem a responsabilidade sobre isso. Mas, se calhar, ver se os Serviços têm atenção a essa situação.

Depois, aqui e agora é que eu queria mesmo é sobre a Informação sobre o Património Municipal e as Finanças. Tem aqui a alínea b) e c), que tem dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 619.000,00 euros. E, depois, a seguir, tem uma alínea c) que diz: Dívida orçamental de faturas em conferência: Quer dizer, isto, dá-me a impressão que, para nós vermos a Dívida a Fornecedores temos é que somar estas duas parcelas porque estão em conferência, mas, de facto, já são dívidas que estão assumidas pela Autarquia. Portanto, isto é uma forma de passarmos de 1.500.000,00 euros para 619.000,00 euros, o que não é bem o que se passa. Mas, pronto.

Outra situação que tenho aqui são as Provisões/Responsabilidades Contingentes, alínea e), 1 milhão de euros. Isto refere-se a quê? São faturas que a Câmara tem e contestou? Portanto, têm que ter provimento? O que é que se passa com este 1 milhão de euros? Portanto, deduz-se que já são deste Executivo. Porque depois tem as Responsabilidades Contingentes 2021, que já vêm desde 2021, 1.300.000,00 euros, aproximadamente.

E, já agora que estamos a falar nestas Responsabilidades Contingentes de 2021, eu aproveitava para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se, de facto, passados 3 anos, ainda não veio nenhum Relatório da IGF sobre a Sindicância que este Executivo implementou porque isso é de apresentação obrigatória à Assembleia Municipal, logo que chegue. Portanto, de facto, não chegou nada durante este período todo? Se chegou, agradecia que o Senhor Presidente tomasse as providências para que isso fosse dado a conhecer à Assembleia.

Eu faço esta chamada de atenção porque já aconteceu uma situação idêntica em 2005, 2006, 2007 e 2008, em que andou uma Sindicância à Câmara anterior durante o mandato todo. Eu fui pedindo sempre onde é que estava o Relatório. Nunca apareceu por isto, ou por aquilo. E, depois, veio-se a saber que a montanha pariu um rato. Não veio porque não havia bases para atuar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Espero que não seja o motivo. E, portanto, de facto, se há algum Relatório, agradeço que ele seja comunicado porque a Lei assim o obriga.

Obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Dou a palavra ao Senhor Presidente para poder responder.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado.

Ora, então, respondendo ao Senhor Deputado António Borges. Como sabe, as rubricas têm especificidades diferentes. Por isso é que estão aí. As faturas em conferência não são o assumir que toda a Despesa de Conferência seja passível de ser paga. Por isso é que está em Conferência.

Pronto, mas perguntou e eu estou a responder. Uma coisa é a Dívida assumida, contratualizada e assumida. E essa dívida tem que ser paga. A outra, por isso é que está aí, também pode ser Dívida, também pode ser Dívida, no total, ou parcialmente. Por isso é que estão em Conferência, Senhor Professor Borges. E essa rubrica permite que nós possamos ter uma leitura mais abrangente.

Uma coisa é o que é uma Dívida assumida. Outra coisa é em Conferência. O em Conferência é, precisamente, isso. É Dívida que está, que pode ser concretizada, ou não, ou que pode ser renegociada. Agora, em última instância, tem que ficar cá. Se é, no limite, poderá ser neste valor todo, ter que ser pago? Sim, pode. Mas, em Conferência, pode não ser na totalidade. Agora, tem que estar aqui referenciado é isso.

A outra questão que falou, que tem a ver com as Responsabilidades Contingentes, sim. Decorre muito do que eram as Despesas que nós temos, Despesas, do que decorre de 2013, também. E, depois, das Responsabilidades Contingentes de 2021. E já lá vamos à IGF. Portanto, estão aí tipificadas as rubricas respetivas.

Sim, estão no Relatório de Contas. Isso, estão também. Não são só 3, Senhor Professor. Já não são tanto porque, entretanto, o Tribuna proferiu, sim.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Aí, não fica gravado. Aí, não fica gravado, a falar daí.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, mas eu, se calhar, respondo. Se o Senhor Professor Borges não se importar, no seguimento da intervenção, também do Senhor Professor Borges sobre a questão do que se reporta a Despesas, também questionou isso. Pronto. É dizer-lhe que está plasmado no próprio Relatório e tem a ver com parte das Despesas Contingentes que decorreram em 2013, portanto, o montante que foi com acórdãos, depois de já produzidos, já vieram aqui e, portanto, já estão regularizadas. Outras ainda estão com o trâmite judicial a decorrer e nem sequer ainda fomos de algumas notificadas. A de 2021 decorre do que foi reportado à IGF.

Agora, sobre a IGF, eu não acredito que o Senhor Professor Borges queira, não acredito mesmo nisso e estou a ser sincero, sem pruído nenhum, que queira, eventualmente, estar a dar a entender que a Câmara tem na posse o Relatório da IGF e porque não lhe é favorável, não o queira tornar público. Posso-lhe dizer e até vir a maior investigação que existe.

E deixe que lhe diga outra coisa: Os Relatórios servem, precisamente, para isso. Se me pergunta se já devia estar cá fora o Relatório? Já. Se me pergunta se estou admirado estar a decorrer tanto tempo? Estou. Agora que nós não temos nada em termos de Município? Não temos. Isso, asseguro-lhe, claramente, não temos Relatório nenhum. E é fácil ver isso até nas entradas de documentos e isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Sim, mas, ó Senhor Professor, o que é que eu lhe posso também garantir? E, aqui e que fique exarado em ata: Independentemente do que seja o teor do Relatório, seja este, seja o dos ROC,s, seja outro qualquer e aquele compromisso que já assumi aqui até numa reunião anterior. Em, temos uma Assembleia Municipal em agosto de 2025. Eu faço questão e o Executivo faz questão de haver uma validação das Contas à data de 31 de julho. Não há nada que nos obrigue. Eu disse isso e, portanto, sendo boa, ou má. Mas estará lá.

Da mesma forma, do que vier do Relatório da Sindicância, seja positivo, ou menos positivo, politicamente, para um lado, ou para o outro, o Relatório foi pedido, tem que ser público. Portanto, escondê-lo não seria, propriamente, correto. Eu tenho muitos defeitos. Esse, eu não o tenho, não o tenho.

Obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Então, passaríamos ao ponto seguinte, ao ponto 2.2 - Discussão e votação do Contrato de Delegação de Competências na Área da Educação, a celebrar entre o Município de Nelas e o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim.

Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para poder fazer a sua referência a este ponto.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado.

Eu, se as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados não se importarem, até porque o documento, estiveram a analisá-lo, dizer que.

Ó Senhor Professor Borges, eu esqueci-me daquela questão do hiato temporal. Acho que não falei. Estou a ler agora aqui nos meus apontamentos que falou no hiato temporal do Relatório. Sim. Tem razão. Tem razão. Tem razão. Sim e tem que ser alvo de correção. De facto, essas questões estão lá. Não são deliberadas. Mas são questões que não deviam estar lá.

Sobre este Contrato de Delegação de Competências, o Contrato de Delegação de Competências foi já feito um e já o aprovámos aqui, para os dois Agrupamentos. Decorre da Transferência de Competências no âmbito da Educação, E é um processo que está a ser feito o ajustamento. Naturalmente que o que está aqui plasmado é feito em consonância com os Agrupamentos. Naturalmente que a questão da Transferência de Competências tem questões que ainda falta resolver também e até o Estado assumir.

Para ficarmos com uma ideia, na Delegação de Competências, na Área da Saúde, só vou buscar isto para ficarmos com esta ideia, só há bem pouco tempo houve a reunião da Comissão de Acompanhamento, depois dos nossos pedidos, que é obrigatória. Da Educação, falta o reporte da Educação para a fazermos porque é, depois daí que é o cumprimento da Delegação de Competências.

Voltando, outra vez, aqui à Delegação de Competências, para não me alongar, é o que decorre do espírito da Lei e do que são as competências transferidas para o Município. E, depois, do Município para os respetivos Agrupamentos.

Não sei se, eventualmente, há alguma coisa que vocês queiram esplanar. Sim. Sim. Pode. Deixava, então, para algum esclarecimento que queiram que possa ser feito.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Sim, sim. Tem a palavra o Senhor Professor Borges.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Ora, sobre este ponto, eu tinha aqui uma nota. Perguntar se, de facto, tinha sido aceite pelos Outorgantes. Claro que já disse que sim. Portanto, os Senhores Diretores pronunciaram-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

sobre ele. E, portanto, sobre isso, nada a dizer. Ele, parece-me que está feito dentro da legalidade. Portanto, tudo bem.

Agora, aqui, no ponto 21, na cláusula 21.^a, que me deixa algumas dúvidas e para já, era isso que eu perguntava ao Senhor Presidente. Diz que: O presente contrato produz efeitos a 01 de janeiro de 2024, mantendo-se vigente durante o ano letivo 2023/2024. Aqui é alguma falha de datas? Ou nós estamos a aprovar um documento com um ano de atraso?

Não é, não é, não, porque pelo que eu vejo a seguir, não é. Aqui, nós estamos a aprovar um documento com um ano de atraso. Parece-me. Mas, o Senhor Presidente, depois vai dizer isso.

A seguir, ainda no mesmo ponto, diz que: Sendo renovável por iguais períodos, até ao limite dos mandatos dos representantes dos Outorgantes. É que cria-me uma dúvida: Então, se os Outorgantes são duas Instituições, a Autarquia e os Agrupamentos, então, depois, ele, o Protocolo é válido enquanto lá estiverem os Representantes?

Eu ponho um caso concreto: Se não estou em erro, acho que é este ano letivo que o Diretor de Canas de Senhorim cessa o seu mandato. Então, o Agrupamento de Canas de Senhorim fica sem contrato? Eu acho que os contratos são sempre feitos entre duas Entidades e não entre o Representante das Entidades porque, senão, corremos sempre o risco de os contratos cessarem a qualquer momento. Enquanto., se eles estiverem como Entidades, as Entidades não cessam. E, portanto, mantém-se. Eu, parece-me que aqui. Não sei se a Lei obriga a isto. Se não obriga?

Está bem. A Delegação de Competências é no Diretor. Mas, quando sair este Diretor aparecerá outro. E é delegado nesse Diretor. E, aqui, o que diz aqui é que é os limites dos mandatos dos Representantes dos Outorgantes. Quer dizer que se, neste momento vou a Canas de Senhorim, o Senhor Professor Cunha termina o mandato este ano e acho que já não se pode recandidatar. Acho que já usou o limite de mandatos que podia ter. Então, quando ele sair de Direto, o Agrupamento de Canas de Senhorim fica sem Protocolo. Não tem cabimento, a não ser que a Lei obrigue a isto.

Se não obriga, este ponto é, passa de Diretor para Diretor? Passa de Presidente da Câmara para Presidente da Câmara? Não me parece que possa cessar assim. Mas isto é o que me parece. Eu estou a falar aqui a falar um bocado como Ex-Diretor e portanto, se calhar estou a misturar um bocado as coisas.

E outra coisa: Eu digo que que há bocado está a dizer à Senhora Presidente da Assembleia, Carlinda Loureiro, que não é bem o que ela estava a dizer, que isto é 2024/2025, porque a seguir o ponto 2, diz: Considera-se revogado o anterior contrato, celebrado em 2 de maio de 2022, a partir da data da assinatura do presente contrato.

Então, quer dizer: Há um contrato que foi de maio de 2022, que me parece que esteve a vigorar até nós assinarmos este. Então, porque é que vamos assinar este com a data de maio de 2024, se temos outro a funcionar até aqui? Não sei. Mas, isto é uma situação técnica que, com certeza, é vista como diz o Senhor Presidente.

E há aqui outra coisa: No Quadro, portanto, diz: Estes quadros que podem ser atualizados sempre que. Pronto. Tudo bem. Agora, eu não sei porque não tive tempo de perguntar, mas podia ter perguntado. Por exemplo: O Agrupamento de Escolas de Nelas, foi o que eu imprimi, porque era o que, tem aqui um valor de 159.000,00 euros. Os duodécimos transferidos este ano foram com base neste 159.000,00 euros, ou foram com base no contrato de 2022?

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Nós ainda estamos no de Canas de Senhorim. O Senhor é que vem com o de Nelas.

O Senhor Presidente da Câmara:

- É igual. É igual.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Estou a falar nos dois porque eles são iguais. São iguais. Falei de Nelas. Mas é a mesma coisa. Pronto, é porque eu não tenho o de Canas de Senhorim e fui buscar o outro.

Pronto, estava eu a dizer, Senhora Presidente da Assembleia, Carlinda Loureiro, o que é que me perguntou? À, se, de facto, o contrato anterior, que eu não conheço, tem valores inferiores a estes, neste momento, haverá um aumento. Neste momento, haverá um aumento do duodécimo de outubro, novembro e dezembro. De janeiro é para depois. E, tudo bem. Parece que está tudo sanado.

Mas agora há uma situação que em determinado ponto, diz que os saldos não gastos são entregues. Então, isto é um presente envenenado. Estamos a dar ao Agrupamento, por uma mão, mais valores e depois ele não tem capacidade para os gastar porque são para pequenas obras. Não se arranja uma empresa e as coisas, assim, a correr, têm que devolver o valor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- É o que está aqui no Protocolo. É o que está aqui no protocolo. Que os valores serão entregues. Agora, eu pergunto. Estou no campo das hipóteses: Se, de facto, os Agrupamentos vão receber uma verba superior ao duodécimo que estão habituados até aqui. Que a diferença, durante o ano todo, de 2024, vai gerar um valor que eles podem, ou não, gastar. Se não gastarem, eu pergunto: Não há hipótese de ele ser acrescido ao quadro do próximo ano? Porque, senão, são prejudicados. Nem fizeram as pequenas obras que tinham que fazer, nem receberam o dinheiro.

Era só isso. Desculpem lá. Eu também estive aqui um bocado como Ex-Diretor. Obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer dar alguma resposta? Portanto, fazer algum comentário.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, uma vez que fui questionado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- É óbvio.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhora Presidente.

Então, dos pontos que o Senhor Deputado António Borges falou, deixa-me dizer só a primeira questão, que tem a ver com o que se reporta a isto.

Primeiro, vamos falar do contrato. O contrato fala e o Senhor Professor, eu vou até começar aqui pelo ponto. O contrato anterior, que não tinha conhecimento. Foi o que o Senhor Professor Borges falou.

Ó Senhor Professor Borges, o anterior contrato veio aqui. O anterior contrato é o contrato que o Senhor Professor Borges diz que não tem conhecimento, veio aqui à Assembleia Municipal. Foi aprovado em Assembleia Municipal. É obrigatório, por Lei. Pronto.

Mas o que estou-lhe a dizer no contexto. Espere. Há contexto para isso. Se me deixarem acabar? Portanto, foi aprovado um contrato que remete para a continuidade do próprio contrato até denúncia de parte. Ou seja, o contrato pode vigorar na mesma.

O que é que acontece aqui de novo? Houve um reforço de verbas, no âmbito do novo Orçamento, que implica que tivéssemos que mexer no Protocolo. O Orçamento de Estado, depois, como vocês sabem, com o que aconteceu no País, começou a produzir efeito mais tarde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, independentemente de estar aprovado, com as variações que houve, até as verbas serem, devidamente, transferidas, foi, ou seja, as verbas começaram a ser transferidas mais tarde. Mas, para as verbas terem a parte de serem incluídas, naturalmente, tem que ser feito um Protocolo onde isso esteja exarado. Se forem ver os valores do primeiro Protocolo são diferentes dos valores que estão neste segundo Protocolo. E a verba é maior. Foi o reforço.

Daí, o hiato temporal e o que decorreu em consonância com isso. Portanto, há um reforço. O reforço foi anunciado. As verbas foram transferidas e aqui consignadas.

Para o último ponto, porque faz sentido este encadeamento: Das dúvidas que possa não ser executado. Não, não é isso que os Agrupamentos nos disseram. Mais do que disponibilidade para isso acontecer.

Também lhe digo que, independentemente, disso, em anos anteriores e não só por este Executivo, há uma fórmula de salvaguardar que possam ser feitas e o Senhor Professor António Borges esteve tantos anos à frente do Conselho Diretivo, sabe isso.

Portanto, esse risco não é um risco que se incorra, ou que esteja pendente. Por 2 razões: Uma, porque os próprios Agrupamentos já têm tudo agilizado para fazer face à despesa de transferência. São feitas regularmente e estão atualizadas. Segundo, não menos importante, há uma fórmula, eventualmente, legal de que permita depois, já foi feita também e que existe também para depois fazer face a despesas e isto está a ser instituído, como o Senhor Professor Borges também tem, seguramente, conhecimento disso. Portanto, esse risco não se corre pelas duas maneiras.

Dos outorgantes, dos outorgantes, o que tem haver aqui é o que está tipificado na Lei. A Lei define isto desta maneira. E, em última instância, eu não sou Jurista, mas os Outorgantes são os representantes legais. Ora, os representantes legais, é bem verdade, é assinado, sim, de acordo, Sim, espere e temos Juristas também aqui.

Ó Senhor Professor, ó Senhor Professor, deixe-me só concluir, se não se importar. O que nós estamos a falar aqui, nos Outorgantes e dos representantes legais é o seguinte: É óbvio que o Senhor Presidente da Câmara que assina é o Senhor Dr. Joaquim Amaral e o Outorgante é o Senhor Dr. António Cunha, ou a Senhora Professora Olga. Pronto.

Mas, são eles são os representantes legais e são os Outorgantes. E, de facto, são eles que assinam. Mas eles são Outorgantes, representando uma Instituição.

E suponha, em último caso, a Câmara cai. O Protocolo está em vigor na mesma, porque, na altura, o representante legal da Câmara era aquela pessoa e na outra. Ou, das Instituições. Mas, a montante é esta a explicação. E o quer está aqui exarado é o que está na Lei e na Exposição do Auto de Transferências de Competências, Senhor Professor.

Já está, Senhor Professor. Já está. Está lá. Ó Senhor Professor, é o que está no Auto, Senhor Professor. Pode acontecer. Pode acontecer. Mas a Instituição vigora na mesma. Há vida para além disso. Não é.

Sim, mas o que está. Se o Senhor Deputado António Borges quiser consultar o que está, as obrigações e o enquadramento jurídico da Delegação de Competências, está lá esta terminologia. Nós podemos concordar, ou não, com ela, mas está lá e tem que estar aqui plasmado. Pronto.

Agora, independentemente disso, na minha interpretação, que não sou Jurista, isto e há aqui juristas na plateia também, eu entendo do que é redigido, naquela, o Outorgante é, naquela altura, o representante legal da Instituição porque a Transferência de Competências não é para o Diretor, é para o Agrupamento de Escolas. O Agrupamento de Escolas tem um Diretor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Pronto, eu sei. Mas ele é o representante legal, ele assina enquanto representante legal. E muito e muito e muito bem. E, então o compromisso está assumido, está assumido pelo Agrupamento. E continua enquanto estiver em vigor.

Pronto, mas, independentemente, disso está lá. Está lá isso, Senhor Professor. Leia o documento depois todo, que está essa parte também está lá explicada. Está lá, está, Senhor Professor.

Não vale a pena. Está lá. Nós não podemos fazer nada.

Olhem: Não levem a mal. O que nós achamos que deveria ser é uma coisa. O que está na Lei é outra. O que tem que ficar aqui vertido é o que está na Lei. E está de acordo com o que está na lei. Agora, independentemente dos considerandos, ou não, é o que está na Lei. Tem que ficar cá no pressuposto. É assim que está definido. É assim que está redigido. A dívida que eu deixar, alguém há-de a pagar. Outro Presidente. É a mesma coisa.

Ó Senhor Professor Borges, eu entendo até a questão do enquadramento e é entendível. E até podíamos estar aqui duas horas, ou três horas, a falar sobre isso. O que está tipificado na Lei é isto. E, isto, é que o que tem que ficar lá, basicamente, sim.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Ora, então, eu penso que estão dados os esclarecimentos. Então punha à votação este Contrato de Delegação. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovado por unanimidade, com 22 votos a favor. Passamos à leitura da minuta.

O Senhor Primeiro Secretário João Alfredo Lopes Ferreira:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 - Discussão e votação do Contrato de Delegação de Competências na Área da Educação, a celebrar entre o Município de Nelas e o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

Está a votação a minuta.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Quanto à minuta: Alguém vota contra? Alguém se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos então, ao ponto seguinte. Portanto: Ponto 2.3 - Discussão e votação do Contrato de Delegação de Competências na Área da Educação, a celebrar entre o Município de Nelas e o Agrupamento de Escolas de Nelas.

Tem alguma coisa a dizer, Senhor Presidente? Então, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu acho que o ponto tem que ser votado em pontos, naturalmente, diferenciados. Mas acho que já falámos, genericamente, dos dois. Se concordarem.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Ora, então, uma vez que o teor é semelhante ao do ponto anterior: Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, 22 votos a favor. Aprovado por unanimidade. Passamos à leitura da minuta.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 - Discussão e votação do Contrato de Delegação de Competências na Área da Educação, a celebrar entre o Município de Nelas e o Agrupamento de Escolas de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, portanto, por unanimidade.

A Senhora Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Quanto à minuta: Alguém vota contra? Alguém se abstém? Aprovada por unanimidade
Passamos ao ponto seguinte: Ponto 2.4 - Discussão e votação da Carta Social Municipal, Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social. Senhor Presidente, tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhora Presidente.

De uma forma sucinta e tendo em consideração que é um documento com bastante resumido, se calhar, aproveitar para fazer um resumo do documento que está cá.

Esta Carta Social Municipal deriva da obrigatoriedade do Município e deriva do disposto na Transferência de Competências, também na Área da Ação Social.

Dizer-vos que, só para fazer um enquadramento, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabeleceu o Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias em matéria de Ação Social, refere que cabe aos Órgãos dos Municípios a competência, para além de outras, de elaborar e de divulgar a Carta Social Municipal, para a emissão de pareceres sobre a criação de Serviços e Equipamentos Sociais com apoios públicos.

Esta Transferência de Competências concretiza-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que cria a figura efetiva da Carta Social Municipal, regulada, posteriormente, pela Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, cuja elaboração, atualização e divulgação é da responsabilidade do município.

E, portanto, este é o enquadramento de todos os do que é de Transferência de Competências e da qual resulta a Carta Social Municipal como Instrumento de Diagnóstico e de Planeamento Estratégico, Ordenamento Prospetivo da Rede de Serviços e Equipamento Social a nível Concelhio para fundamentar decisões políticas, técnicas e no âmbito da Intervenção Social, em particular no Concelho.

Dizer-vos que esta Carta Social tem que ser aprovada primeiro em sede do Conselho Local de Ação Social de Nelas, no CLASN. E, portanto, foi aprovada em reunião realizada no dia 25 de junho de 2024 e, posteriormente, em reunião de Câmara de 10 de julho, tendo uma tem uma vigência de 4 anos de acordo com o que é a Portaria n.º 66/2021, sendo revista, obrigatoriamente, findo desse período. Portanto, vai ter um vigor a partir de 4, a partir da sua a aprovação

Todas as transformações que reflitam, significativamente, no Planeamento Estratégico e no Ordenamento da Rede de Serviços e Equipamento Sociais, anteriormente, aprovados, bem como a alteração na orientação das políticas públicas nacionais ou locais por solicitação dos Membros do Governo responsáveis pelas Áreas da Solidariedade e da Segurança Social e das Autarquias Locais, ou por iniciativa do próprio Município, constituem fundamento para a sua Revisão e Atualização.

Por outro lado, a Revisão da Carta Social Municipal é efetuada quando a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais se revele desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do Orçamento da Rede aplicada, sempre em consonância com o Diagnóstico Social e o Planeamento e Desenvolvimento Social, PDS, já elaborado e aprovado em reunião do Conselho de Ação Social, realizada no passado dia 25 de junho.

A Carta Social consubstancia-se num estudo de análise dinâmica da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, existentes em cada Freguesia do Concelho de Nelas e pretende dar respostas sociais que são distribuídas por áreas de intervenções distintas: Um - Área de Infância e Juventude; Dois - Área de população adulta, população à procura da ativa de emprego; Três - Área de população, também adulta, na população adulta portadora de Deficiência; Quatro - Também população adulta, mas com doença do foro mental. E, cinco - Áreas de Família e Comunidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Os dados constantes do documento decorrem das sinergias e metodologias e de informações recolhidas através da análise documental, comunicação institucional, recolha e estatística nacional e através de entrevistas semiestruturadas, inquéritos e fichas técnicas aplicadas por Serviços, pelos Técnicos do Serviço de Intervenção Social, SIS, do Município de Nelas.

Para facilitar a consulta do documento, a informação estará disponível por Freguesia e pelas áreas referidas, contribuindo para uma caracterização mais pormenorizada do território.

Posteriormente, é realizada uma análise sobre o Concelho. Quem não tem nesta componente de Ação Social, necessita, combinando, posteriormente, na elaboração, numa fase posterior, do Plano de Desenvolvimento Social 2024 a 2026, documentos aprovados nas reuniões da CLASN e da Câmara, realizadas nas datas já referidas

Este documento assenta, essencialmente, na definição de estratégias e organizações para respostas futuras, ou no alargamento do nível de atuação das já existentes.

Este documento originou a elaboração/ construção dos Planos de Ação da Rede Social, que são anuais e do Radar Social, que é uma Equipa que está no terreno, também a fazer este Diagnóstico Social em funcionamento no Concelho desde março de 2024 e que vai estar a decorrer até junho de 2026.

Finalmente, a Câmara Municipal deverá publicar a Carta social Municipal no respetivo sítio da Internet, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 6.º, da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março.

Portanto, esta, digamos assim, é a Súmula de um documento extenso. Naturalmente, num documento extenso, com vários gráficos, com vários levantamentos, que são obrigatórios de estar aí.

E, portanto, o que nós estamos a votar é a implementação, que já está validada, primeiro em termos do que é o que possamos dizer de concertação social das Instituições, em sede própria, do CLASN. E, portanto, falta, naturalmente, a aprovação em reunião de Câmara e falta, naturalmente, a aprovação aqui em sede da Assembleia Municipal.

Posto isto, estou, naturalmente, disponível para alguma questão que seja colocada, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Há alguma questão a ser colocada? Já agora, só um preciosismo de linguagem, aqui na página 146: Postos de Saúde Móvel. Não é a Saúde que é móvel, são os Postos, certo?

Portanto, Postos de Saúde Móveis. E, depois, em todas as Freguesias.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Mas, Postos de Saúde Móveis, está, completamente, correto, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Não, móvel é um adjetivo que se aplica aqui, neste caso, uma vez que estamos iguais à da Saúde.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu também sei o que é um adjetivo. Os Postos de Saúde Móvel têm a ver com a designação que possa haver, futuramente, umas Unidades de Saúde Móvel que ainda não estão e que decorrem de uma candidatura anterior, que foi feita em nome da ARS, que ficou deserta, mas com, depois foi projetada pela CIM Viseu Dão Lafões. Regressou à ARS e vai para as Unidades Locais de Saúde.

Quer isto dizer que a terminologia é: O Posto de Saúde Móvel, no sentido da itinerância que é feito por um veículo móvel, agregado aos Postos de Saúde que vai deslocar-se aos territórios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Então é a Saúde que é móvel? Refere-se à Saúde. É o que eu estava a dizer. Não sei se alguma designação concreta depois a seguir também está em todas.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Há outras designações. Há Unidades de Saúde móveis. Há Posto de Saúde Móvel.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Pronto, depois está a seguir, está em todas as Freguesias, já agora? Eu peço desculpa, mas sou Professora de Português. Algum esclarecimento? Senhor Presidente, tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhora Presidente.

Como imagina, eu também não li o documento de fio a pavio. Fica a sua sugestão refazer a conjugação verbal e fazer a concordância de sintaxe e semântica do singular para o plural, sem problema nenhum.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Ora, eu não tive tempo de ver isto em pormenor como a Senhora Presidente em Exercício, mas tentei. E li, ou melhor, vi todas as páginas deste documento, que são para cima de 200. Por isso, tenho que dar os meus parabéns a quem teve o trabalho de fazer este documento que, para além das falhas que possa haver, é um documento de trabalho que é fundamental.

Nessa leitura, um bocado até enviesada, nalguns casos, alguns quadros, etc., surgiram-me algumas dúvidas. Uma, fundamentalmente. Portanto, os critérios e os artigos que o Senhor Presidente já enunciou: Combater a pobreza à escala local, com vista uma resposta aos objetivos específicos; combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e a coesão sociais, deve exigir-se a grupos populacionais mais vulneráveis de forma sucinta.

A Carta Social, enquanto Instrumento de Diagnóstico e Planeamento Prospetivo deverá integrar um Diagnóstico que consiste na caracterização demográfica, socioeconómica e física do território.

Eu neste processo todo. eu pergunto: A Etnia Cigana não entra nestes objetivos? Entram população idosa, entram os migrantes, os imigrantes, os deficientes. Nós não podemos fechar os olhos que há uma Comunidade, uma Etnia, uma Comunidade que vive connosco. Eu já me lembro desde que eu nasci. Portanto já tenho 70 e tal anos. E que tem vivido sempre em exclusão social do mais. Eu nem digo nome. Mais difícil que se pode que se pode ver.

Quem tiver alguma dúvida, vai à Quinta do Peso, vai à ao pé do cemitério novo. Eu passo lá quase todos os dias. E vê que, de facto, neste documento, eu não digo que não está, eu não digo que não está. Mas eu não vi nenhuma referência a este Grupo Etário que, no Diagnóstico, olha, ele já teve diagnóstico com o Senhor Presidente José Correia, com a Senhora Dr.^a Isaura, cm o Senhor Dr. Borges da Silva, com agora, outra vez e continuamos sempre na mesma. Tem sido uma guerra constante. Nós continuamos a ver as barracas a aumentar todos os dias. São só eles os culpados? Se calhar, são? Se calhar, não? O que é que nós temos agora?

Numa Carta Social, nós, parece-me que fingirmos que isto não existe é um bocado grave. Eu não digo, fingir. É um bocado, é um termo um bocado, mas não darmos viabilidade a isto? Ou não pode pela proteção de dados? Não sei. Poderá acontecer. Mas se se fala, não se podia falar que são os Ciganos. Pode-se falar numa etnia minoritária que vive em condições degradantes. Isso, acho que se pode falar aqui e acho que falta. Eu também digo, acho, porque eu, como disse, li algumas páginas assim a correr. Mas fiquei com essa ideia. Não sei. Acho que este diagnóstico falha por isto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O resto, acho que está de acordo com a Lei. Acho que é um documento de trabalho ótimo, que abre portas para que, de futuro, se façam outras coisas e poderá ser que aparece aí a tal Etnia Cigana. Pronto, eu já vou dizer qual é a Etnia. Eu, há bocado, não quis dizer.

E pronto, portanto, neste momento na Carta é para aprovar. São pelo menos, pequenos pormenores. Mas que acho que devem ter tidos em atenção, ou agora, ou depois.

Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

Tem a palavra Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhora Presidente.

Senhor Professor Borges, é precisamente o contrário do que aquilo que acabou de dizer. Uma Carta Social, a Etnia Cigana, os Imigrantes, as pessoas que vivem em situação de fragilidade, os Cuidadores Informais, todos eles estão cá.

Quando nós falamos em população adulta é a população adulta no seu sentido lato. Estão cá todos consignados. Lendo o documento todo, há, primeiro, já o disse e volto a reiterar. É um trabalho notabilíssimo feito pelo Serviço de Intervenção Social da Câmara e com um pressuposto claro.

Eu acho que, neste momento, o que nós temos é o entender da população no seu conceito geral. E o que está, ó Professor, o que está, deixem-me só acabar. Se o Professor me deixar falar, eu agradeço. Pronto. Então o que eu estou a dizer é o seguinte: As Cartas Sociais têm diretivas, inclusivé na forma como são preenchidas. Eu posso entender a questão. Eu não vejo aqui, mas respeito porque isto, cada um entende as coisas como quer. E, graças a Deus, vivemos em Democracia.

O documento faz uma apologia da população no seu todo, seja a população que for. Nós temos, por exemplo, aqui uma população, agora de há um ano e meio a esta parte, de uma forma mais efetiva, de uma população migrante que se está a fixar de outros países e isso. E também não está aqui repercutido e também merecia. Mas espere, mas espere. Eu estou a falar, não, não. O Senhor Professor falou depois na identificação, nas intervenções extintas. Falou na população adulta e que não estava a parte específica sobre isso.

O que eu estou-lhe a dizer é: O documento identifica todo o tipo de população. Quando fala aqui da área de intervenção, a população adulta à procura ativa de emprego é população na sua generalidade. A população adulta, portadora de deficiência, é na sua generalidade. Até porque quando nós fazemos a identificação na Escola, como o Senhor Professor sabe, quer seja através do Serviço do Espetro do Autismo, por exemplo, ou uma necessidade de uma intervenção de uma Afazia, ou qualquer ela que seja, o que nós falamos é na intervenção nas crianças.

Não interessa, ao certo, a tipologia da criança. Eu peço desculpa. Isso está na Lei. Mas, pronto e vou continuar. Pode-se discordar. Agora, independentemente disso, é assim: É clara a aceção e a lei. Eu não vejo. Aqui não tenho essa leitura. Respeito-a, naturalmente. Mas não me parece. Os Serviços seguiram orientações. Este levantamento é feito do que está baseado no documento da Transferência de Competências e da Lei.

E os Serviços fizeram um levantamento exemplar. Foi reconhecido no CLASN por todos os fóruns. Portanto, não me parece que haja, na elaboração do documento, no respeito no que está a Transferência de Competências, no que concerne à Lei e do entendimento do CLASN. N O CLASN está lá toda a gente, Senhor Professor. Estão as IPSS,s. Estão os Serviços de Saúde. Está lá tudo. Há tudo. E, portanto, este documento é sufragado por toda a gente. O entendimento é o mesmo entendimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Eu acho que a abordagem é: Não é esquecer. Eu acho que, por vezes, quando nós referenciamos, ao estarmos a fazê-lo, até podemos estar a dar-lhe uma outra carga. Eu acho que sejam residentes. Eu vou-lhe dar a minha aceção de residente, ou de Município. Há muita gente que acha que o Município, é mais município que nasceu cá. Para mim, não é. E eu nasci cá. Mas, quem cá vive, quem contribui.

Portanto, a aceção é generalizada, seja com migrantes, que são bem-vindos, seja com os nossos Municípios de Etnia Cigana, que são bem-vindos, seja quem cá está, seja quem venha para cá, seja quem venha do Litoral e deseja viver para cá. Aqui é no sentido lato. Eu não vejo isso. Mas se o Senhor Professor quiser que isso fique referenciado para ser, eventualmente, sopesado numa revisão, não vejo mal.

Agora percebo o entendimento do Serviço e de quem o elaborou. E, eu, pessoalmente, eu não falo em nome de ninguém, falo em meu nome, não vejo aqui nenhum motivo de exclusão. Eu vejo na perspetiva, ao contrário, de inclusão, ao falar na generalidade da população. Mas naturalmente, sim, Senhor Professor, claro, pode, naturalmente.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Tem a palavra o Senhor Professor Borges, novamente.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Eu concordo que a Carta deve ser generalista e que abranja toda a gente. Mas, mas para isso ser assim, não entrávamos em pormenor de alguns Grupos e entramos. Entramos e não são poucos Grupos que nós referenciamos dentro das classes mais favorecidas, que é o que a Carta diz.

E diz: Deve dirigir-se a Grupos populacionais mais vulneráveis. E agora são todos. É verdade, são todos. Mas, se calhar, não ficava nada mal que, no Diagnóstico, se tivesse feito também um inquérito, ou um estudo sobre Etnia Cigana que vive connosco há muitos anos em situação degradante.

Se eu perguntar a quem fez a Carta Social: Quantos ciganos vivem no Concelho de Nelas? Quantas casas? Quantos vivem em casas construídas? Quantos vivem em barracas. Se calhar, não me sabem dizer.

Há 10 anos, eu sabia. Eram 44 famílias e eram 100 indivíduos. Agora, neste momento, eu não faço a mínima ideia. Eu acho que quando fez o Diagnóstico, o Diagnóstico da população, esta população se calhar, no meu entender, deveria ter sido vista. Até porque há benefícios nacionais para alojamento destas Etnias. E nós continuamos a tê-los aqui a viver em barracas miseráveis.

E, portanto, não podemos, estão, na generalidade. Está bem, estão na generalidade, mas, se calhar, eu não quero mudar nada na Carta Social, até porque não tenho nada que dizer que a Carta Social está mal, ou está bem. Está feita de acordo com o que as pessoas fizeram e acho que fizeram um trabalho brilhante. Agora, parece-me que falha esta situação.

Se não tivesse nenhum Grupo, se não tivesse os Deficientes, se não tivesse os Idosos, se não tivesse os Migrantes, se não tivesse. Certo. Mas a Lei diz que, e eu percebo porque é que é isso. Porque a Lei diz que, como é que é? Deixa-me ver se eu consigo ainda encadear o texto: Devem referenciar todos os casos de situações vulneráveis. E, depois diz, nomeadamente: Idosos, com Deficiências Mentais, nomeadamente estes. Mas não quer dizer que não ponham também os outros. E o que é que fizeram? Puseram os que diz nomeadamente. Certo? Mas poderá haver outros. Isto é no meu entender agora, dizer que o tipo não é o mesmo, para mim.

Agora, o que me parece é que nós estamos a desperdiçar há muitos anos, já não é deste mandato, já vem de nós anteriores, verbas importantes para resolver o problema das barracas que, olhem, eu não consigo dizer o nome.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

Senhor Presidente, quer tomar a palavra, novamente? Faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só para dizer, naturalmente, que é assim: O Senhor Professor Borges, o Senhor Deputado António Borges, manifestou a sua opinião. O que eu acho é que, eventualmente, pode ficar, se assim o entenderem, em ata, como o Senhor Deputado António Borges disse, numa revisão, possa ser referenciado alguma coisa. Eu não me oponho a isso, de qualquer, nem quero, nem pretendo. Obviamente.

Mas volto só a frisar uma questão: Os Imigrantes até podem ser uma, a Etnia Cigana faz parte da população, é rigorosamente igual a quem está, a quem cá veio parar há 2 ou 3 anos. E, portanto, o entendimento e do que está na Transferência de Competências, o que está na identificação de todos os Programas, Senhor Professor, que estão e de todas as Cartas Sociais, o entendimento e da população no seu geral, preciso. É mais integratório falar em população do que o contrário.

Ó Senhor Professor, é um problema de entendimento. Mas, das duas, uma: Ou nós fazemos a votação com a proposta de, eventualmente. Há uma questão que é o Radar Social, que está a decorrer. Os Serviços de Intervenção Social têm o número de barracas, digamos assim. Até vão aparecendo novos pólos, não só nesses dois. Também já houve na Estrada para a Felgueira, como também sabe e deixou de haver. E, portanto, há pólos ocasionais. Os pólos estão identificados e o Serviço de Intervenção Social tem-nos perfeitamente identificados, até porque não é difícil e isso, estão. A forma como foi a construção por todos, não foi só pelo Serviço de Intervenção Social.

Todas as entidades fazem parte do CLASN foi esta. E eu, pessoalmente, revejo-me nela. Não a vejo como, excluindo alguém. Pelo contrário, integrando. Agora admito que possa ser pensado forma diferente. Portanto, se o Senhor Deputado assim o entender, pode ficar, se o entender, a Recomendação para que, numa futura redação, seja contemplada uma particularidade à Etnia Cigana. E, eu, pessoalmente não vejo mal nisso. Agora o documento como está, eu revejo-me nele. E, portanto, pode ficar essa Recomendação, eventualmente depois ser. Sim.

O Senhor Deputado António Borges Santos:

- Eu também me revejo no documento e foi por aí que eu comecei. E só tenho que os parabéns a quem fez o documento. Agora, de facto, se é o entendimento do Senhor Presidente que a população de Etnia Cigana está envolvida nestas pessoas todas que estão aqui, nestes Grupos todos, eu só peço uma coisa: Quando operacionalizarem, porque está é uma coisa que está prevista, as Ações decorrentes da Carta Social, tenham em atenção que, para além dos Grupos, que já estão cá evidenciados, há outro Grupo que também tem que ser introduzido. É só isso que eu peço. É que, além de estar incluído, não seja esquecido. Pronto. É só isto. Mais nada. O resto.

A Senhora Presidente da Assembleia:

Muito obrigada. Há uma nova intervenção. Faz favor.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Caros colegas.

Estimado Público.

Estamos aqui numa sessão da Assembleia Municipal e existe dentro de mim uma coisa que foi crescendo e crescendo e crescendo e crescendo, e agora chegou a um ponto em que eu já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

não consigo deixar de vir aqui e expô-la com todos os Colegas, mas, particularmente, com o Senhor Presidente e com este Executivo.

É preciso proatividade, proatividade. É. Existe o problema dos incêndios dos fogos. Quem quiser, por favor, venham ter connosco, venham-nos dizer o que é que precisam. A Câmara Municipal tem que estar na dianteira das coisas.

Existe um problema com a Página do Facebook do Município. O Senhor Presidente: Ai, eu assumo as culpas. Então, mas assume as culpas e vai fazer o quê? E, isto tudo materializa-se nesta questão também.

Estamos a discutir a questão dos indivíduos de Etnia Cigana. E o Senhor Presidente diz: Não houve uma discriminação no documento. O documento está cheio de discriminação. Ainda bem que está cheio de discriminação.

Como é que nós estudamos a composição social do município se não discriminamos os Grupos em função dos diversos fatores sociais, ambientais, dos fatores económicos, que os distinguem?

Ora, portanto, quando o Senhor Presidente diz assim: Acho, porque chegou-o a dizer. Até acho que estarem aí a individualizarem um Grupo, até poderíamos estar a criar pretexto para interpretações menos positivas. Mas que interpretações menos positivas? Este é o problema.

Senhor Presidente, não é uma prova. Depois, se quiser contrariar, pode dizer o que é que disse em concreto. Pode, inclusivamente, depois ver a ata, ver a gravação, para ver o que disse. Se não foi por estas palavras, foi este o espírito da sua intervenção.

Agora, dizer o seguinte: O Senhor Professor Borges, com extrema sensibilidade, colocou a questão ao Senhor Presidente por pretexto do Relatório Social. Senhor Presidente, está a defender o Relatório Social e ainda bem que o faz. São os serviços da Câmara. O Senhor Presidente é o Responsável máximo. Ainda bem que o faz.

Agora, gostaria da sua parte e da parte da sua Gestão, um outro tipo de intervenção. Por exemplo: O Senhor Professor Borges tem toda a razão. Na próxima Assembleia, eu vou-lhe trazer um Relatório dos Serviços Sociais para dizer em que condição é que estão os indivíduos de Etnia Cigana e as medidas que nós estamos a tomar e o que nós estamos a fazer, como projetamos, como enquadrámos nos Fundos Comunitários, nos Fundos, portanto, do Governo central.

Senhor Presidente, tem uma atitude de desculpabilização geral. Mas zero proatividade e é preciso proatividade. E uma vez que o Senhor Presidente não toma a iniciativa e não tem essa proatividade, eu vou fazer com que o Senhor Presidente tenha.

Portanto, eu queria requerer. Quero fazer um requerimento à Mesa, ao abrigo da Lei n.º 75/2013. E o requerimento que tenho a fazer à Mesa é que a Mesa inste o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo para, até à próxima Assembleia Municipal, fazer um Relatório, ou pedir aos Serviços da Câmara que façam um Relatório sobre a situação dos indivíduos de Etnia Cigana e a sua composição social e que esse ponto seja agendado na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal, por forma a discutirmos as iniciativas que o Município está a promover, se é que está a promover alguma e a perspetiva de futuro.

Portanto, isto é um requerimento. Se quiser, depois, na gravação pode tomar nota e gostava que fosse feito pelo Presidente da Assembleia à Câmara Municipal para que na próxima Assembleia pudéssemos discutir isso.

Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- É assim como deve calcular, eu estou aqui, interinamente, designada há menos de 24 horas. E, portanto, sem estar por escrito, eu não terei qualquer hipótese de fazer chegar nada a lado nenhum. Nem sequer sei se é legal.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Peço imensa desculpa. Ninguém pode, neste País, alegar o desconhecimento da Lei. Peço imensa desculpa.

Segundo: Compreendo a sua situação, a sério que sim e, portanto, acredito, confio que estando nós num Órgão Constitucional, a Mesa da Assembleia irá estudar o que aqui se passou e depois virá dar resposta a este requerimento, ou não. Agora, o requerimento é entregue.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Então, se for possível, colocar por escrito, só para que fique aqui junto ao dossiê porque na próxima já não serei eu que estou aqui. E portanto, tem de reportar.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Então, se foi ditado para a ata?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim. Está ditado para a ata, Pato, mas se o Senhor Deputado, não se importar.

Posteriormente a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Grupo de Deputados do Partido Socialista enviaram à Assembleia Municipal, o e-mail, que a seguir se transcreve:

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Nelas

O Grupo de Deputados do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Nelas vem, por este meio, requerer a V.^a Ex.^a que se digne a instar, ao abrigo da Lei n.º 75/2013, o Executivo em funções na Câmara Municipal de Nelas, na pessoa do Senhor Presidente, para que obtenha junto dos Serviços competentes e apresente na próxima sessão da Assembleia Municipal, um Relatório com enquadramento do contexto das comunidades de indivíduos de Etnia Cigana no Município, designadamente quanto às suas condições de habitação e integração, mais prestando, o próprio Executivo, esclarecimentos quantos às ações que vem tomando para integração social e promoção das condições de vida destas comunidades.

Mais se requer a V Ex que introduza na Ordem de Trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal, o seguinte ponto da ordem de trabalhos:

- Apreciação do Relatório de integração das comunidades de etnia cigana e informação da Câmara Municipal das ações tomadas na promoção da integração e proteção destas comunidades

O Senhor Presidente da Câmara:

- Posso?

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Sim, Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor deputado Augusto Borges, duas considerações importantes para falarmos sobre isso. Em abono da verdade, reveja depois também na ata, eventualmente, o que foi dito porque a sua inferência não quer dizer que bata com o que eu realmente disse. Primeira questão.

Segunda questão, não menos importante: O requerimento, naturalmente, está previsto no Regimento e pode ser feito. E, portanto, até eu próprio, não sou eu que o tenho que aceitar. Mas, naturalmente, corroboro que possa ser feito. Obviamente que está ditado em ata e, portanto, produz efeito a partir daí.

Mas se eventualmente o Senhor Deputado não se importar de transformar isso, não, necessariamente, hoje digo eu, mas fica aqui o compromisso de enviar, sim, sim pronto. E nesse sentido fico o regulamento sanado para o efeito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Sobre o conteúdo, que não a forma como foi apresentado, dizer-lhe que o próprio Relatório, essa identificação está devidamente sinalizada. Quando falamos de um Público geral, está lá. Se o objetivo é ter em particular, conhecimento sobre isso, o conhecimento será facultado.

Sobre a questão da proatividade ou não, eu deixo, então para a discussão do ponto da próxima Assembleia, Senhor Deputado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Concluindo este ponto, passa-se então à votação deste documento: Quem vota contra esta Carta Social Municipal? Quem se abstém? Aprovada, por unanimidade, 22 votos. Passamos à leitura da minuta.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 - Discussão e votação da Carta Social Municipal, Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, portanto, por unanimidade.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Quanto à minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos já ao ponto seguinte. Ponto 2.5 - Discussão e votação da 4.^a Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2024.

Tem a palavra o Senhor Presidente. Não, não, não. Esse ponto foi retirado. Peço desculpa. Este ponto foi retirado.

Ponto 2.6 - Discussão e votação do Relatório sobre o estado do Ordenamento do Território. Agora sim. Ponto 2.6. Senhor Presidente. tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhora Presidente.

É um Relatório que também tem aí do REOT, do estado do Ordenamento do Território, particular. Tem a ver muito do trabalho desenvolvido do Relatório no que foi decorrendo ao longo dos anos no que decorre do PDM e do enquadramento legal que nos obriga a fazer isto. É um Relatório dos anos todos para cá.

E, no REOT, neste documento, não tão extenso, mas é um documento que nos dá a conhecer vários fatores e vários indicadores: A população residente, estávamos a falar disso também; a estrutura etária da população; as famílias; a taxa de natalidade e mortalidade. Como podem ver, há um encadeamento muito grande das taxas de analfabetismo, o grau de escolaridade. O rendimento do trabalho, a taxa de desemprego.

Portanto, o que nós estamos aqui a falar do Ordenamento do Território tem a ver com as valências, com as infraestruturas, com a área, com a caracterização da própria população também. Tem as dinâmicas demográficas, sociais e económicas, as atividades económicas, a ocupação do solo e já lá voltaremos outra vez, as características da ocupação agrícola e florestal. E eu sublinho isto para o ponto, que também depois vem a seguir. O que são os valores territoriais, a REN, a RAN, o Património Cultural, a Reserva Ecológica, a Reserva Agrícola.

E ao falarmos isto, também falámos há pouco até nos danos. E estamos a falar, há a alteração à Revisão ao PDM, que ainda está a decorrer e está em consulta pública até ao dia 2 de outubro. Se os Senhores Deputados, ou os Senhores Municípes presentes que queiram fazer alguma alteração ainda há tempo, ou alguma sugestão de alteração, ainda há tempo para o fazer.

E estamos a falar de um documento estratégico, conforme o anteriormente votado, que é a calendarização social e a dinâmica do funcionamento social. E este aqui, do Ordenamento do Território, que nos permite ter uma leitura do território, da evolução, até há bem pouco tempo. E,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

por um lado, fazer tem os pontos fortes, os pontos fracos, as acessibilidades, o envelhecimento da população, a perda da população, nos pontos fracos, obviamente, na análise SWOT que está aí expressa.

E também dizer-vos que, além deste documento, que nos faz um Relatório, digamos assim, do Território até a um passado recente. Está a decorrer agora uma reorganização do território através do PDM.

E, portanto, são documentos e contributos que são importantes porque, com a leitura deste documento e com o que está a decorrer do documento que está consultável na Câmara, no Site da Internet, facilmente identificável, qualquer um dos Municípios, qualquer pessoa pode fazer contributos no que é um reordenamento, ou a parte, em que pode ter a ver com o Plano Diretor Municipal. E ainda há tempo.

Quem o fez está feito. Já houve vários contributos em nome individual, empresas, Juntas de Freguesia, Municípios de diversas latitudes do território. Mas ainda está aberto a esses contributos. Exorto-vos a verem o documento, a lerem o documento e isso, se assim o entenderem, também, a prestar contributos. Ainda está a decorrer até ao dia 2 de outubro.

Dizer que isso depois tem a ver com a parte de alojamentos de licenciamentos e infraestruturas, aumentámos as capacidades hoteleiras, dos equipamentos coletivos e nos transportes, os movimentos de massas, incêndio rural, a análise SWOT. Não vos vou ser porque está lá no documento. Tem os tais pontos fortes e os pontos fracos. Da localização estratégica. Das vias de comunicação. Não está aqui identificado, mas devia, por exemplo, a questão de infraestruturas que nós reclamamos há muito tempo, do IC 37, da conclusão do IC 12. A Modernização da Linha da Beira Alta, está em curso.

Dizer-lhes, pronto, como têm conhecimento, há um novo prazo que é novembro 2024 para a circulação dos primeiros comboios. Sendo que será para o início do próximo ano o restabelecimento total. Digamos que tem uma fase inicial.

Eu estou a dar a comunicação. Eu não estou a dizer que vai funcionar em novembro. Estou a dizer que a informação oficial do Governo, do Ministério, do Senhor Ministro, das Infraestruturas de Portugal é quem tutela a empreitada. É a partir de novembro deste ano haver a primeira circulação de comboios na Linha da Beira Alta na parte, em particular, que foi intervencionada também.

Portanto, com este enquadramento, este documento é, se alguém quiser fazer algum contributo, ou alguma questão.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Alguém quer colocar uma questão sobre o documento? Senhor Deputado João Paulo Guerra tem a palavra.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

Ora, boas tardes, outra vez.

Eu só queria uma pequena questão. Então, vamos votar um documento que ainda não está concluído? Certo? Se vai sofrer alterações, acho que o documento não havia de ser levado a votação, digo eu. Eu, aqui, na minha ignorância, penso que será assim, que se vai, poderá vir a sofrer alterações o documento, segundo o Senhor Presidente estava a dizer.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não, não, não é este documento, é o outro, é o da atualização à revisão do PDM. Está em curso. Este é um outro documento. É o Relatório tem que ser aprovado, ou não. São coisas distintas.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Mas eu, então, o Senhor Presidente estava-me aqui a levar, a induzir em erro, porque a mim e se calhar a toda a gente que aqui está.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não digo que não, mas posso esclarecer.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Porque está a dizer que pode levar a alterações. E nós vamos votar um documento que poderá levar alterações. Acho que não é possível.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Deputado, posso só. Não, não, deixe-se estar. O que eu estava a dizer é que este é o documento do REOT, da Reorganização do Ordenamento. É um Relatório que tem uma, um Relatório do Ordenamento do Território que estava em vigor.

O que nós estamos a falar, o outro documento que eu falei, porque trouxe-o à colação, porque está em discussão pública, não tem a ver. Quer dizer, diretamente, não tem a ver com este. São imbuídos na mesma no Ordenamento do Território, mas são dois documentos diferenciados.

Isto é um Relatório sobre o Ordenamento do Território com a inventariação dos pontos fracos, dos pontos fortes, do Território e do Diagnóstico. Isso é um Relatório à parte. E está fechado, que nós vamos votar aqui este relatório.

O outro, o do PDM, está a decorrer até 2 de outubro e ainda pode ser passível de contributos.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

- Pronto, compreendi. Então, induziu-me em erro e se calhar a outras pessoas que aqui estarão.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu não sei. Eu acho que disse isto também. Mas tudo bem, tudo bem. Mas, pronto, está esclarecido.

O Senhor Deputado João Paulo Guerra:

Pronto. Obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Espero que esteja esclarecido, portanto esse detalhe. Passamos, então, à votação. Quem vota contra, o Relatório sobre o estudo do Ordenamento do Território? Quem se abstém? Uma abstenção, do Senhor Deputado João Paulo Guerra.

Então é aprovado com 21 votos a favor e uma abstenção. Sim, sim. Leitura da minuta.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 - Discussão e votação do Relatório sobre o estado do Ordenamento do Território, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 21votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Quanto à minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos, então, agora, ao ponto 2.7, que foi proposto incluir, então, na Ordem do Dia, nos assuntos da Ordem do Dia. Portanto - Proposta de apoio ao investimento e criação de emprego do Município de Nelas na área da fileira do setor agrícola e florestal – Conhecimento.

Portanto, o Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Pronto, muito obrigado, Senhora Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O documento foi enviado, estão, têm conhecimento dele. Agradecemos aos Senhores Deputados a inclusão na Ordem de Trabalhos, de forma também a servir para o seu propósito.

Este é um documento que é um documento de um de um momento zero. Não é um documento final. É uma proposta e o objetivo foi, à semelhança do que levámos a reunião de Câmara, é um documento que vise com referências temporais, à valorização da atividade agrícola e florestal. E já lá vou. Mas que haja um ponto de partida com contributos diferenciados.

Como é um Regulamento, vai ter, naturalmente, também a consulta pública, à semelhança de outros regulamentos, com um objetivo claro. Isto é um ponto de partida. O objetivo é ter os contributos dos Senhores Vereadores da Câmara Municipal, das Senhoras e dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, das Juntas de Freguesia, dos Municípios em geral, dos contributos das Instituições dos Agentes de Proteção Civil também, porque tem a ver muito com o Ordenamento do Território também, ou em particular, mas também com a fileira económica.

No que decorre dos incêndios e o Senhor Deputado Pedro Pinto, até na qualidade também da sua atividade profissional como Bombeiro, decorre uma questão que é assumida quase por toda a gente.

Infelizmente, os incêndios farão parte da do nosso quotidiano. Os estudos apontam para serem cada vez mais vorazes, mais fortes, mais violentos. E, entendam isto como um ponto de partida. Não quer dizer que o Projeto se e venha a revelar, ou seja, eficaz. É desejável que assim o seja. É um caminho muito difícil para chegar lá, mas tem que se trilhar.

Primeiro é a questão da valorização da fileira agrícola e florestal. Nós temos, neste momento, um entendimento, infelizmente, até em termos sociais da Agricultura, como sendo uma atividade menos nobre, utilizando o eufemismo, o que lhe faz com que haja um afastamento grande, a não ser de empresários que já andam há anos no terreno, ou de alguns que vão aparecendo, novos, apostando na fileira e até com produtos diferenciados que não os habituais. Mas há um manancial grande no que é o investimento neste setor.

A floresta pode e os terrenos, os nossos artigos rústicos, podem e devem ser entendidos como um potencial económico também. A floresta tem que ser preservada e protegida. Tem que ser salvaguardada. Fazer o Ordenamento do Território, mas valorizá-lo. Ao valorizá-la estamos, naturalmente, a fazer com que haja a possibilidade de haver Investidores no território.

E ao haver Investidores no território, estamos a falar da ocupação da terra. E na ocupação da terra e no que é o Património ser utilizado e ser cuidado de uma forma efetiva, ao fazê-lo, estamos a valorizar o território também e estamos a defendê-lo de uma forma mais eficiente, digamos assim.

Nós temos um Regulamento, já um Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego, a tipificação geral, onde também remete para este ponto e, naturalmente e faz sentido, mais direcionada, à parte industrial e empresarial. O que nós pretendemos fazer aqui é um específico para este Setor, na mesma aceção.

Nós temos Áreas de Acolhimento Empresarial. Entendam isto como uma criação de uma Área de Acolhimento na Fileira do Setor Agrícola e Florestal. E como é que isso é feito? Há, o caminho, não é fácil, há abertura para haver uma legislação também que vá nesse sentido, que tem a ver com a titularidade dos terrenos e de quem pode ou quem deve vender.

Mas há terrenos que são do domínio público e esses existem. É verdade que temos aqui uma questão de Orografia. E a Orografia pode não permitir fazer modelos de negócio, potencialmente, atrativos. Mas há uma diversidade grande. Há, inclusive, a sinalização de dois 2 potenciais investimentos concretos de empresários locais que já fizeram chegar isso à Câmara de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

vontade em investir na Fileira Agrícola e Florestal que tem a ver com os ramos, associados a produtos endógenos, nozes.

Mesmo alguns dos produtores e sabem isso, de vinho, por vezes, sugerem a ideia de haver terrenos que sejam feitos, à semelhança do que se faz com a parte industrial, com a parte da vinha e do vinho. E, portanto, o Setor Primário está, intimamente, ligado aos modelos de desenvolvimento de negócio do Concelho.

Se nós falamos do produto endógeno de excelência do vinho, o vinho é da fileira da Agricultura. O azeite é da fileira da Agricultura. O mel é da fileira da Agricultura. Todos os que nós falamos, os produtos endógenos de excelência estão lá direcionados.

Tudo o que vem depois disso, nos modelos de negócio do Turismo, do Enoturismo, da Gastronomia, da Hotelaria, vivem também muito à volta do que é este potencial todo e da economia circular e do emprego e da fixação de população. Ao fazermos isto, estamos a criar condições para que haja investimento concreto.

O PEPAC foi reprogramado. O Plano Agrícola Comum foi reprogramado para 2027, que é o hiato temporal também já também para este Setor. Está lá previsto isso. As medidas que foram anunciadas, que vão ser implementadas, também vão fazer com que haja incentivos para aquisição de terrenos, para agilizar a utilização dos terrenos, mesmo com algumas reticências dos Proprietários, uma vez que não são utilizados, que não são limpos, que não são.

Há aqui um potencial para desbravar que possa ser feito para: Um – Criar emprego, fixar população, valorizar, além da parte importante que está também consignada da valorização ambiental, da sustentabilidade, mas também, naturalmente, o que é o modelo de desenvolvimento económico e ser perspetivada esta questão também no retorno da economia, para ser também atrativo, E, ao fazê-lo, estamos a criar também defesas de território e ordenamento território.

Se nós tivermos, é claro que a Agricultura, o que está tipificado e qual é o objetivo? Nós já encetamos reuniões com o Ministério da Agricultura, com o Senhor Secretário de Estado, tanto da Agricultura como das Florestas, que têm Gabinetes Técnicos para isto e que estão e que no próximo mês irão ser feitas reuniões nesse sentido, que é, já está feito isso, mas atualizado, a tecnologia permite fazer agora coisas completamente diferentes.

Nós podemos achar que os nossos terrenos não servem para ter um Olival, nem para o Vinho, mas pode ser para outro produto e que possa ser atrativo em termos de investimento. Portanto, o que interessa é, há o Projeto de fazer disto.

Há, agora, as fases em como pode implementar. Implementado pede para: Um – O que possa ser o enquadramento legal das medidas do Governo para agilizar o processo dos terrenos serem libertos para haver este tipo de investimento, este ou outro, ou a título particular; Dois, não menos importante - Ao fazer este estudo implica que tenhamos um conhecimento mais aprofundado, quem realmente sabe. A ideia pode ser boa, mas depois falta também saber se os nossos solos estão, para que é que os nossos estão, solos que podem estar a tipificados para Olival, para Vinha, para Frutos Vermelhos e do Bosque, para a Floresta. Que tipo de Floresta. Há autóctone, que é isso que está previsto na Lei. E pode haver e deve haver Empresários com vontade de investir nesta fileira.

Portanto, numa primeira fase, será feito um levantamento do que são as potencialidades do território. Ao mesmo tempo, o levantamento que já está feito do que é do domínio público. E de inventariar o que é do domínio privado, à semelhança do que é feito com o Setor Empresarial, o que possa, naturalmente, implicar a aquisição de terrenos para projetos que possam ser submetidos à Câmara, da mesma forma como acontece no Setor Empresarial, devidamente regulamentados, quer com o tipo de investimento, quer com o produto que seja de investimento feito e também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

com a área porque dou-vos um exemplo: Uma das propostas que surgiu e não a vou referenciar, porque era, naturalmente, uma proposta e para já não me parece correto. É num setor que implica uma área muito significativa. E, portanto, isso também está, tem que estar complementado. Não pode ser, por exemplo, pedir 100 hectares, ou 200 hectares, mesmo como nós os tenhamos, exaurir naquele projeto. E depois pode não vir na luz do dia.

Portanto, há dois, em paralelo, vai decorrer o que é a investigação e o trabalho de campo feito por Centros de Investigação, quer dos Técnicos e dos Gabinetes das respectivas Secretarias de Estado do Ministério da Agricultura, quer do Meio Académico, Há estudos específicos sobre os territórios, sobre a utilização,

Para ficarmos só com uma ideia, nós, até no Vinho, há 10 anos atrás, o Vinho era em plano, não era em altitude, não era em socalcos. Neste momento, nós, dos nossos vinhos mais premiados, já estamos a trabalhar nesse sentido, é só vermos o território. E, isso, porque o conhecimento aumentou.

Nós a tecnologia, ainda há pouco tempo estive cá a Faculdade do Porto, na segunda-feira, na segunda-feira, no Centro de Estudos Vitivinícolas, para ficarem com uma ideia, estiveram-nos a explicar, é um balde que, ao cortar, identifica logo o peso, a casta, a qualidade da uva e isso. É uma coisa. E, portanto, todo este conhecimento que existe, que não é domínio Público, que não passou do Meio Académico, do Centro de Investigação, para o exterior, vão ser consultados nisso. E, ao mesmo tempo, podemos construir sugestões para o próprio Regulamento.

E este é o ponto da partida. É este documento que vai permitir que depois desemboque num Plano de Intervenção, ou seja, com o tipo de investimentos que seja tipificado, as áreas e toda a tipologia, que é do investimento que seja feito. E o Regulamento da forma como ele se operacionaliza.

Tanto para um, como para outro, independentemente do documento que vai ser feito naturalmente, pela autarquia, estão abertas as sugestões. O documento será levado à reunião de Câmara, à Assembleia Municipal e consulta pública.

Estão, desde já, instados, ou exortados, a irem também trabalhando no que possa ser feito numa fileira que terá um retorno financeiro, de criação de emprego, de postos de trabalho, de economia circular e também do ordenamento de território.

Grosso modo, era o Projeto que vos gostaria de apresentar. Tem aí também a própria metodologia de trabalho, a tipologia do investimento, os objetivos, a métrica e cronograma e o enquadramento e contributos. Portanto, o Projeto é entendível desta maneira. É a intenção do executivo avançar com este Projeto, mesmo sabendo que tem muitas condicionantes, tem muitos obstáculos. Não é fácil concretizar. Mas achamos que tem que ser levado a efeito. Naturalmente disponível para alguma questão, ou algum contributo.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Alguém quer colocar mais alguma questão, quanto à intervenção do Senhor Presidente?
Não.

Então, passemos ao ponto seguinte, uma vez concluídos os pontos de Ordem do Dia, passamos as intervenções do Público. Há alguém que queira inscrever-se? Senhor Arlindo, de Canas de Senhorim. Assunto? Assunto? Assunto? Obras. Mais alguém que queira escrever-se? Esclarecimentos, esclarecimentos. É só. Senhor Arlindo, tem a palavra faz favor.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhora Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhora e Senhores Vereadores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhores Deputados.

Estimado Público.

Boa tarde a todos.

Primeiro que tudo, um pequeno esclarecimento à Senhora Presidente da Assembleia.

São pequenos esclarecimentos à Senhora Presidente da Assembleia, disse Arlindo, de Canas de Senhorim e eu digo: Urgeiriça.

Porque Canas de Senhorim não é um bairro. Aliás, a Urgeiriça não é um Bairro de Canas de Senhorim. A Urgeiriça é uma localidade, conforme é Algerás e Folhadal.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Não me diga! Vivo lá há 40 anos e não tinha essa informação.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Isto é um tipo de brincadeira, mas até é verdade mesmo.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Está bem. Pois, olhe, é assim: Eu nunca digo: Vivo na Urgeiriça. Não é sou, porque sou de Aveiro. Vivo em Canas de Senhorim.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- De nada. Por amor de Deus. Então, vamos ao que interessa.

Portanto, gostaria de saber como é que está o alargar e reforçar as Redes de Lares e Centros de Dia. Isto são promessas feitas na altura a campanha eleitoral. Também saber como é que está a ser a ser feito o acompanhamento aos Idosos, quer na alimentação, quer na sua higiene. Como é que está a requalificação dos locais históricos e interesses públicos e a colocação de um painel, que já foi falado aqui há muito tempo, no cruzamento da E.N. n.º 231 para as Caldas da Felgueira? Painel alusivo às Termas porque as Termas é um dos assuntos que faz com que Nelas venha no mapa.

Como é que está a situação da Praia Fluvial, que já se fala desde o tempo do outro Senhor e continua sem se mexer uma palha? Como é que está, ou se está em intenções deste Executivo, que já que o outro não fez, sobre criações de Bolsas de Mérito para os Estudantes do Ensino Superior com famílias carenciadas?

Há aqui outras situações. Já agora falo também. Se este Executivo tem intenções de fazer uma ETAR na Zona de Senhorim? Portanto, são muitas povoações e não há uma ETAR.

Também e isto é uma promessa do Senhor Presidente da Junta de Canas de Senhorim. Falou, na altura da campanha e, aliás, eu tenho um documento, não é meu, mas tenho o documento comprovativo. Este documento. Como é que está a situação da falta de passeios? Outros danificados. Outros estreitos. E as passadeiras, conforme prometeu fazer, nomeadamente, na Urgeiriça. Há uma, que eu não vou falar porque há uma promessa do Executivo que dentro pouco tempo, irá ser feita, que é da Escola do Fojo.

Também gostaria de que este Executivo pusesse na Escola do Fojo uma sinalética para poder o autocarro escolar, o autocarro escolar parar porque não tem. Muitas das vezes os autocarros param no meio da rua porque não têm lá, pronto, espaço conforme tem na Escola Secundária e bem. Não tem nada.

Foi feito e muito bem, já passei em quatro, lombas aqui na Freguesia de Nelas, três, nomeadamente, na Estrada do Folhadal para a Felgueira e uma, a bem dizer, dentro de Nelas. Sem dúvidas, nomeadamente, mais na Felgueira, foi um excelente trabalho, quer pela Câmara, quer pela Junta de Freguesia, porque, realmente, aquela Estrada, aquilo também parecia, muitas das vezes, os ralis. Aquilo, passavam com grandes velocidades e há muita gente ali a viver e a passar de um lado para o outro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Também gostaria de aproveitar esta deixa da Câmara e da Junta de Freguesia de Nelas, à qual elogio o Senhor Presidente por ter colaborado com a Câmara, que na Urgeiriça fizessem o mesmo. Foi prometido.

Aquilo, em frente aos Blocos da Urgeiriça e está ali o Senhor Vereador Vítor, sabe muito bem. Aquilo parece, precisamente, um Rali autêntico. Uma da manhã. Duas da manhã. Olhem, é às horas que calha.

Portanto, eu gostaria também e além disso é uma das promessas do Senhor Presidente. Gostaria, tenho aqui, não tem é Canas de Senhorim, Rua do Freixieiro. Também é verdade. Pronto. Também é verdade. Não diz, não Senhor. Não, o que é, é. Eu gosto de chamar, sem ofensa nenhuma, os bois pelos nomes.

Portanto, agora uma coisa ao Senhor Presidente da Câmara: Pedia a Vossa Excelência que, para o ano, se fizer questão de se recandidatar, escolha melhor as pessoas para o acompanharem, porque há 5 meses atrás, há 5 meses atrás, mentiram-lhe aqui a si. E o Senhor Presidente, indiretamente, mentiu-me a mim.

Ou seja, eu vou dizer o que é que se passa: Eu falei aqui que havia ruas sem placas. O Senhor Presidente da Câmara disse que o Senhor Presidente da Junta de Canas de Senhorim já tinha resolvido esse assunto. Passaram 5 meses. Deve estar em ata. Passaram 5 meses e não há placas nas ruas. Isto é a pura verdade. Isto é a pura verdade. Nomeadamente, eu vou dizer uma rua que tem o nome, eu não sei o nome que lhe puseram, sei o nome e qual é o motivo, que é Um de Julho.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- O tempo, Senhor Arlindo, está a esgotar. São cinco minutos.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Limpeza das ruas da Urgeiriça, eu digo com toda a seriedade. Piorou. Não houve mudança nenhuma. Ainda agora, antes de vir para aqui, tirei fotografia e vê-se. Passam-se meses que as folhas dos plátanos estão lá. Isto é a pura verdade. Tenho fotografias que comprovam isso. Tenho ainda uma que tirei antes de vir para aqui.

Outra sugestão, é muito rápido, Senhora Presidente, muito rápido, já não chega a um minuto. Sugeria, já agora, gostaria de saber como é que está a Casa Funerária, aliás, como é que é? Funerária em Canas de Senhorim.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Mortuária.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Exatamente, a Casa Mortuária que foi prometida. E, além disso, gostaria que esta Câmara pusesse, ou aliás, mandasse fazer casas de banho. Havia uma casa de banho aqui no Largo da Câmara. Por motivo das obras do Mercado, foi retirada. Portanto, não temos casas de banho aqui no Largo da Câmara. E não só. Há cemitérios, cemitérios, que não têm casa de banho.

Portanto, sugeria que, realmente, porque o homem ainda encosta-se lá a uma árvore, ou a um muro e faz necessidades. Uma mulher, não. Portanto, sugeria que as casas de banho fossem, portanto, realmente, dentro das possibilidades financeiras da Câmara, fossem feitas.

Por fim, por fim. Lamento, profundamente, com toda a mágoa e sinceridade. Eu até me custo dizer isto, mas vou dizer: A Junta de Freguesia de Canas de Senhorim voltou ao 24 de Abril, de 1974. E vou dizer porquê: É grave isto que eu estou a dizer, é. E vou dizer porquê. Por eu apresentar algumas sugestões de obras em Canas de Senhorim, simplesmente, o Senhor Presidente da Junta bloqueou-me no Facebook da Junta.

A Senhora Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Obras, obras.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Eu posso provar isso. Eu posso provar isso que fui bloqueado. Eu, eu fui bloqueado também. Aliás, já tinha comentado isso na Câmara com alguém. Eu fui bloqueado por alguém que me bloqueou.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Senhor Arlindo, já está a passar o tempo.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- No Facebook dele. Mas, mas isso é o menos. O Facebook dele, não lhe mando. Agora, fui bloqueado pelo Facebook da Junta de Freguesia por eu sugerir algumas obras.

Muito obrigado a todos. Obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Pronto, Senhor Arlindo. Obrigada.

Ora, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, quer tomar a palavra em defesa da honra? Faz favor.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, Nuno Daniel Silva Pereira:

- Ora., boa tarde a todos.

Senhora Presidente e na sua pessoa, cumprimento toda a Mesa.

Caros Colegas.

Público.

Eu, às vezes, rio-me com estas coisas mas hoje não dá porque estão-me a chamar mentiroso em relação a umas placas.

Não faço ideia o que é que o Senhor Arlindo fala. Ele, às vezes, parece assim um bocado do nada e eu não sei, nem faço a mínima ideia do que é que ela me está a falar.

Lombas, não faço ideia, o que é que ele fala. Não lhe prometi lombas nenhuma. Pode ver os papéis. Estão à descrição.

Agora, falou na Junta de Freguesia, que o bloqueou e que fui eu que o bloqueei. A Página dessa Junta de Freguesia não é gerida pelo Presidente. Temos uma pessoa a gerir a Página.

O meu Facebook pessoal, eu escolho quem quero ter nas amizades. Nunca fui seu amigo no Facebook. Na vida pessoal, é meu conhecido. Não tenho nada contra si.

Agora vir para aqui insinuar que eu que sou mentiroso, não lhe admito a si, nem a ninguém. Nem a si, nem a ninguém.

Quanto às passadeiras, você tem todo o direito de reclamar. Reclame. A limpeza, felizmente, a Urgeiriça, só você que está insatisfeito. Felizmente, é bom sinal. Não podemos agradar a todos. Mas felizmente, felizmente.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Não pode. Senhor Arlindo, já não pode.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, Nuno Daniel Silva Pereira:

- Felizmente. É bom sinal, você estar descontente.

Em, sei lá, 100 pessoas, 50 pessoas, 70 pessoas, que têm a Urgeiriça? Haver meia dúzia de descontentes. Até em minha casa, a minha mulher anda descontente comigo.

Muito obrigado.

A Senhora Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Obrigada. Ora, então, tem a palavra o Senhor Presidente, para poder prestar algum esclarecimento e para concluirmos, então, a sessão.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhora Presidente.

Começo pelo fim, no que foi dito pelo Senhor Arlindo. Em primeiro, solidarizar-me com o Senhor Presidente de Freguesia de Canas de Senhorim e subscrever, na íntegra, o que disse, que corresponde à verdade.

A segunda questão, não é menos importante, sobre um comentário, que é seu, assiste-o, até porque. Ó Senhor Arlindo, eu peço-lhe, você pode fazer o que entender, mas não sou eu que estou a dirigir a reunião. Mas, eu.

A Senhora Presidente da Assembleia:

- Senhor Arlindo, eu peço desculpa. Deixe concluir. Estamos numa Assembleia Portanto, depois, ao fim, podem fazer o que quiserem lá fora. Pode concluir. Pode continuar, faz favor, Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

Sobre a questão da, que é natural, que, isto, cada um tenha a sua opinião e isso eu partilho. De ter melhores pessoas, de ter melhores pessoas que me acompanham, eu tenho muito orgulho e muita confiança e uma fé inabalável nas pessoas que me acompanham, em tudo. Seja no Executivo Municipal, seja na Assembleia Municipal, sejam os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

E, portanto, respeito. É como tudo. Ninguém é unânime. O Presidente da Junta acabou por falar também, mais ou menos o mesmo. Nem toda a gente concordará. Respeito. É a sua sua opinião. Mas, peço desculpa, mas tinha que lhe dizer isto. É a sua opinião.

Eu não concordo com ela. E fazia sentido de a dizer porque estou plenamente satisfeito com as pessoas que me rodeiam, com as pessoas que me acompanham, na sua lealdade, na sua competência, na sua qualidade e no seu sentido de dever cívico e comunitário.

Sobre os assuntos que abordou, os muitos. Vou tentar ser sintético, até porque muitos deles, O Senhor Arlindo é um Muncipe Ativo nas reuniões, seja da Câmara, seja da Assembleia Municipal. Alguns já serão, até muito recorrentes. Mas, naturalmente, aflorarei todos eles.

Sobre a Rede de Lares e Centros de Dia, dizer ao Senhor Arlindo que a ideia não está esquecida. Mas há uma coisa, como o Senhor Arlindo, julgo que sabe isso e deve saber isso. Portanto, as câmaras não podem promover a construção de Lares de Idosos, ou Centros de Dia. O que as câmaras podem e devem fazer e têm feito isso e têm isso regulamentado, é apoiar Instituições que possam fazer isso. O que não invalida que não se faça com que as Instituições que existam não façam a promoção disso com o apoio da Autarquia.

O que existe em termos de Ampliação e de Quadros Comunitários, não tem sido muito tipificado nesta questão. Mas, em abono da verdade, há um entendimento do novo Responsável do Ministério em, eventualmente, alocar verbas para reforço. Mas o que tem sido feito mais é consolidar o que existe, as políticas seguidas e dar valências às Instituições que existem.

Independentemente disso, não quer dizer que não possam surgir novos Centros de Dia, ou novos Lares. E isso foi é feito, naturalmente, com a iniciativa de IPSS,s, ou de Associações. Há Centros de Dia, está aqui referenciado isso, que são feitos através de IPSS,s, ou da Associação.

Temos o Centro de Dia, por exemplo, do Folhadal, que é uma associação que o promove. Tem um outro Estatuto, mas partiu de uma própria Associação. Se a Associação se constituir nos seus Estatutos e se for aprovado com uma Associação que funcione neste domínio e possa depois ser reconhecida como parceira de IPSS, pode-se candidatar também.



O que não quer dizer que a Câmara não seja proativa, ou faça o acompanhamento que isso sugere. Estava a falar, naturalmente, julgo eu, de Vila Ruiva e de Carvalho Redondo. E, portanto, não está esquecido isso.

Agora, naturalmente, que tem que haver, para ser feita, em Vila Ruiva foi constituída uma Associação na altura para se candidatar quando houvesse isso e está formalmente constituída, do retorno que eu tenho da atividade, não tem uma atividade muito regular. Mas foi, formalmente, constituída uma Associação, como alguns de vocês se recordarão, para esse efeito também. Há um edifício que está, parcialmente, construído, a grande parte do que é a estrutura. E falta concluí-lo do que era para o efeito. E tem Carvalhal Redondo onde há uma doação que está na Paróquia, adstrita a isso.

Portanto, tanto num lado, como no outro, terão que ser as Instituições a fazê-lo, ou outras Instituições. Há Associações novas, por exemplo, da Freguesia de Senhorim, que podem fazer essa candidatura desde que façam a atualização e a adequação dos seus Estatutos. Em Carvalhal Redondo, a mesma coisa.

Dizer-lhe que, todos os anos, o Município tem que fazer provas e as Instituições, que continuam interessadas nesses projetos, independentemente, de não haver linhas de financiamento. E tem-no feito. E deixe que lhe diga também que, se calhar, há gente que está, que pode não ter o mesmo entendimento desta construção dos Responsáveis.

O Senhor fala dos Responsáveis das Instituições. Mas o município continua interessado em que isso seja feito e apoiar, quer na parte financeira, quer na parte logística, quer na parte da elaboração do projeto.

O acompanhamento aos Idosos é feito, Senhor Arlindo. Quer pelo Serviço de Intervenção Social. Há Equipas que são que são, ainda falámos disso, olhe neste documento que falamos. Há Equipas instituídas que estão no terreno desde o Serviço de Intervenção Social, quer as Equipas do Radar Social, que fazem esse acompanhamento. Não é só o Diagnóstico.

E também é feito esse acompanhamento por Instituições, IPSS,s, como referiu, que já fazem esse acompanhamento, no serviço de refeições, na higiene das pessoas, através do RSI, das Equipas que estão integradas também no Instituto, na gestão do Planeamento Família. Portanto, esse acompanhamento já é feito e muito bem feito.

A requalificação dos locais históricos, genericamente, não sei. Estamos a falar de Património Cultural, de Centros Históricos das localidades. Estamos a falar disso. Há já, como sabe, já estão aqui, são as candidaturas que estão efetuadas.

Sobre a Praia Fluvial, a Praia Fluvial, já aqui falámos disso e reitero, outra vez. Há uma candidatura que nós alocamos do que sobejou da Renovação de Aldeias, da ADD, do Programa que havia, que foi feita uma intervenção nas Caldas da Felgueira, que vinha de projetos anteriores. E, houve aí uma parte que ainda sobejava em overbooking, que foi reaproveitada para fazer a intervenção no Bovê, junto à Ponte, que é uma primeira intervenção que está a ser já executada. Já há o equipamento da Barcarola, depois do cais. E, isso, está a implementação.

Há uma segunda que decorre de um Acordo Programa com a APA, com a Associação Portuguesa do Ambiente, que também já falámos disso, no valor de 180.000,00 euros, que vai fazer com que haja, desde essa parte até à parte da Praia Fluvial, um passadiço compactado, de forma natural, com iluminação e com uma vertente pedagógica da água, da fauna, da flora, do Rio Mondego e o mobiliário adequado, quer com locais para convívio, locais para fazer piqueniques, locais para almoçar e jantar. E jantar também porque vai ter iluminação. Mas, para fazer convívios, para fazer, em família, a visitação ao espaço. E este está neste programa que vai ser implementado a partir de outubro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A terceira fase, a Praia Fluvial, a Praia Fluvial, também fizemos uma candidatura para o efeito. Dizer-lhe que, da Praia Fluvial, há 2 questões, que é, não me alongando, se calhar, muito sobre isso, mas, com a vontade só de dizer que há: Um - Um condicionalismo ali no Rio Mondego, Dois – A qualidade, eventualmente, da água. E, em segundo lugar, a abundância da água, ou a falta dela. Nós, há bem pouco tempo, tivemos o Rio Mondego quase sem água.

Portanto, podemos ter na mesma, mas ter uma solução muito próxima do que foi feita na Figueira da Foz, em Buarcos, que eu acho que é muito bem conseguido. E pode ser feita essa adaptação também com a água doce também. Temos ali um ponto da água também, devidamente, monitorizada, com o espaço fluvial. Acho que é essa a solução.

A ETAR de Senhorim, foi a Freguesia que, de facto, no que foi a parte dos Equipamentos, não ficou contemplada. Não é fácil, também, em abono da verdade. Estamos a falar da Junta de Freguesia, da Freguesia de maior área, com muitas localidades e não é fácil. Mas também vai haver reforço nesta Área. E, naturalmente, que há a ideia de se candidatar para a ETAR.

Não pode ser feita a solução sem financiamento porque estamos a falar de um investimento muito significativo, de forma a dar resposta a todas as localidades. Há uma dispersão muito grande no território. E, portanto, tem que ser acautelado o território, no seu todo.

E, isto tem sido, já há projetos desde o tempo do Senhor Dr. José Correia. Continuaram com os mandatos da Senhora Dr.^a Isaura Pedro, do Senhor Dr. José Borges da Silva. E projetos, mas que não é fácil também de aplicá-los. Também admito isso. Mas que tem que ser feito alguma coisa, sim.

Sobre as questões da Junta de Freguesia, acho que o Senhor Presidente já referenciou. E, portanto, olhe, eu não sou mensageiro, mas farei com todo o gosto, a sugestões do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do que instou o Senhor Município, o Senhor Arlindo Duarte, a dizer que na segunda-feira há a Assembleia de Freguesia às 21:00 horas. 17, na Sede da Junta de Freguesia, para alguns destes assuntos poderem ser expostos. É essa a ideia, não é?

A Senhora Presidente da Assembleia:

Pronto. Já está?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Arlindo Duarte, foi um gosto. Obrigado pelos seus contributos.

A Senhora Presidente da Assembleia:

Concluída, então, esta resposta, mas não pode haver diálogo, Senhor Arlindo.

O Senho Arlindo Rodrigues Duarte:

- Eu vou pedir desculpa. Eu, realmente, disse isso. Mas, eu, quando disse isso não era com intenções de ofender a Senhora Dr.^a

A Senhora Presidente da Assembleia:

Está esclarecido, Senhor Arlindo. Está esclarecido. Está esclarecido.

Está encerrada a sessão. Obrigada a todos. Boa noite.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: